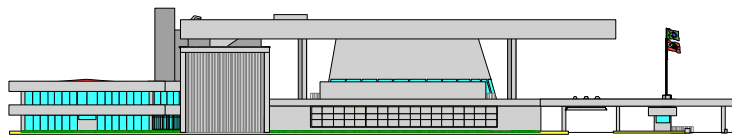


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 03 DE DEZEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.972

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1972
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 095ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 02/12/2008.....2
Ata da 031ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 02/12/200810
Ata da 032ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 02/12/200810

Atos da Mesa

Atos da Mesa17

Publicações Diversas

Aviso de Licitação.....17
Aviso de Resultado.....17
Extrato17
Ofícios18
Portarias18
Projetos de Lei.....19
Redações Finais.....20

PLENÁRIO

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Chereim - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Andriano - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Aborda problemas enfrentados por clientes do Besc em função da incorporação pelo Banco do Brasil; sugere ajuda financeira aos atingidos pela enchente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se ao Dia Mundial de Combate à Aids; aborda a atuação do governador do estado nas enchentes em Santa Catarina.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença de comitiva de Três Barras.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comenta a necessidade de regulamentação do seguro agrícola.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao Código Ambiental.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sugere a suspensão da apreciação do Código Ambiental em 2008; aborda o drama das enchentes em Santa Catarina.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Refere-se às medidas necessárias para amenizar os prejuízos com as enchentes; comenta a atuação do vice-governador Leonel Pavan nas enchentes em Itajaí.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do professor Nelson Trigo, de Joinville.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à necessidade de dragagem de rios em Joinville.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Concorda com a necessidade de dragagem de rios em Joinville.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Comenta a solidariedade do povo catarinense e brasileiro para com os atingidos pelas cheias; refere-se ao problema do porto de Itajaí causado pelas enchentes.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Aborda a situação do porto de Itajaí.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comenta a solidariedade demonstrada pelos brasileiros para com os atingidos pelas enchentes; aborda o Código Ambiental.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Reporta-se ao Código Ambiental.

DEPUTADO DADO CHEREM - Tece comentários acerca das enchentes em Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda a tragédia das enchentes.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita que o PL n. 0254/2007, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental, retorne às comissões de Mérito.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Refere-se ao PL n. 0254/2007.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita retirada da pauta do PL n. 0005/2007, que veda o pagamento de ajuda de custo aos servidores civis e militares estaduais integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão por ocasião da participação em cursos de qualquer natureza.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Agradece a retirada da pauta do PL n. 0005/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o Besc, o Banco do Estado de Santa Catarina, tem uma história de responsabilidade por todo o desenvolvimento econômico-social do nosso estado. Trata-se de um banco que tem uma credibilidade muito grande e que, apesar das dificuldades por que passou, em virtude de problemas de má gestão, nunca perdeu a credibilidade perante os seus clientes.

Srs. deputados, recentemente, depois que o Besc foi incorporado pelo Banco do Brasil, alguns investidores foram surpreendidos com a retirada dos seus investimentos sem prévia autorização. Mas hoje, dirigindo-me à agência central do Banco do Brasil, fui surpreendido, deputado Julio Garcia, com uma série de reclamações devido à incorporação do Besc por aquela instituição. Houve uma série de tratativas de ordem administrativa que mudaram vários procedimentos, entre eles a troca do cartão do Besc.

Primeiro erro do banco: os clientes não foram avisados previamente que precisavam dirigir-se ao banco para trocar o cartão. Segundo: se isso fosse necessário, e está sendo feita essa troca de cartão, seria importante e fundamental também que, enquanto o novo cartão não fosse entregue ao usuário do Besc, ele pudesse usar o cartão velho. Porque muitos clientes agora, em época de Natal, vão ao shopping, ao comércio, ao próprio banco e na hora em que vão colocar o cartão na caixa eletrônico aparece uma mensagem dizendo que o cartão está cancelado. Mas os clientes ainda não receberam o cartão novo!

Então, eu entendo que a Assembléia Legislativa, sr. presidente, que tem tudo a ver também com a história do Besc, pode fazer uma interferência junto à comissão de Economia desta Casa, no sentido de encaminhar um expediente ao diretor administrativo do banco, para que o cartão velho não seja cancelado enquanto o novo não for distribuído. Porque o que eu vi, e também pelas reclamações de idosos e de várias pessoas, é que as filas eram enormes e a grande maioria desejava saber por que o cartão fora cancelado.

Estamos no período de Natal e ao receber o salário, que foi pago na semana passada, todos os clientes do Banco do Estado de Santa Catarina usam o cartão. Por isso é fundamental que eles não fiquem cancelados. Mas pelo que vi no banco, continuando a demora para entregar o cartão novo e com o cancelamento do velho, essas pessoas vão ficar numa situação muito complicada, além do descrédito do usuário, que vai a uma agência ou ao comércio e vê que o seu cartão foi cancelado sem que ele saiba por quê.

Sr. presidente, outro assunto que trago a esta Casa diz respeito às enchentes em Santa Catarina e mais precisamente à maneira como o Poder Judiciário, o Executivo e o Legislativo podem contribuir para a recuperação, principalmente na construção das casas, ajudando as famílias que foram afetadas diretamente por essa calamidade que se abateu sobre o nosso estado.

Sabemos que a solidariedade que existiu não só em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro, foi de uma grandeza impar. Eu nunca vi um movimento tão grande de solidariedade em nosso estado como esse em favor dos atingidos pelas enchentes. O que temos notado, sr. presidente, é que a questão de mantimentos, de roupas, de primeiros socorros parece que está chegando em nível suficiente para atender a população afetada de Santa Catarina. Mas a nossa grande preocupação é exatamente como essas pessoas irão reconstruir suas casas, comprar a geladeira, fogão, a cama que não existem mais.

Então, sr. presidente, eu trago a esta Casa uma idéia: quem sabe v.ex.a., com a sua liderança, com o seu ótimo relacionamento com os demais poderes - e esta não é uma idéia minha, recebi de alguns funcionários aqui na Assembléia Legislativa -, sugira uma consulta aos funcionários dos três poderes para que possamos, depois dessa consulta, descontar 1%

do salário de cada funcionário do estado de Santa Catarina para contribuir na recuperação dos prejuízos das famílias atingidas pelas cheias. Sugiro, sr. presidente, que esses recursos - e não só esses, mas outros que também estão vindo para o estado - sejam gerenciados, administrados, por uma comissão formada por um representante da prefeitura municipal atingida, pela Câmara Municipal, pelo Ministério Público, e pelos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Eu tenho certeza de que esse desconto de 1% do salário dos funcionários do estado não será uma quantia grande. Vejam v.exas. um exemplo: quem ganha R\$ 1.000,00 vai contribuir com R\$ 10,00; quem ganha R\$ 2.000,00 vai contribuir com R\$ 20,00, mas o somatório dessas contribuições será um valor muito significativo. Disseeram-me há pouco que a folha do estado está em torno de R\$ 400 milhões por mês. Se isso for verdade, a contribuição do salário dos servidores do Executivo daria R\$ 4 milhões, quantia que atenderia centenas de famílias que precisam agora, nessa segunda etapa, recuperar suas casas, comprar geladeira, fogão etc.

Por isso, sugiro que a nossa Assembléia Legislativa, através do nosso presidente, lidere esse movimento em parceria com o Judiciário e o Executivo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, hoje venho a esta tribuna para me reportar ao dia de ontem, que foi o Dia Mundial de Combate à Aids.

Como médico, não poderia furtar-me de trazer a esta tribuna a bonita reportagem do jornal *A Notícia* que fala sobre o que está sendo feito para o combate à Aids no estado de Santa Catarina, e quais os números do vírus HIV presentes na nossa comunidade.

No estado de Santa Catarina nós temos o HIV presente em 14.055 pessoas. Esse é o total do estado de Santa Catarina. Mas a grande preocupação é o aumento do HIV em pessoas idosas, que precisam de orientação e de um pouco mais de cuidado.

(Passa a ler.)

"Desde 1987, o número de portadores do vírus HIV no Estado subiu 5.800% na faixa etária entre 50 e 59 anos."

Em Joinville, mais precisamente, o número de portadores de HIV é 2.193, dos quais 1.435 são homens e 758 são mulheres.

"O número de portadores do vírus HIV, transmissor da Aids, cresceu 5.800% na população com idade entre 50 e 59 anos no Estado. É o que aponta o estudo 'A epidemia de Aids em Santa Catarina', publicado pela Divisão de Vigilância Epidemiológica do governo estadual. O número de contaminações detectadas subiu de dois registros, em 1987, para 116, em 2007. De lá para cá, 1.234 pessoas entre 50 e 59 anos contraíram o vírus. Em Joinville, são 158 casos nesta faixa de público.

Na faixa investigada anteriormente, entre 50 e 64 anos, foram 28 casos em 2005 e 11 em 2006. Os números não são absolutos, porque a maioria da população não se submete a exames anti-HIV com frequência. 2.193 portadores do HIV foram registrados em Joinville desde 1987. 784 morreram.

A Secretaria da Saúde estima que, para cada caso confirmado, existam mais oito pessoas contaminadas, o que elevaria a margem total de infectados para 112 mil pessoas em Santa Catarina.

A evolução da doença na faixa etária de 50 a 59 anos ocorre em todo o Brasil, o que motivou o Ministério da Saúde, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Saúde, a lançar uma campanha de prevenção contra a Aids específica para esse grupo populacional.

De acordo com Cristina Kortmmann, coordenadora do Programa de DST/Aids de Joinville, o aumento de casos em pessoas com mais de 50 anos se dá também por questões culturais. 'Para esse grupo, o preservativo não faz parte da rotina. Os homens têm pouca habilidade para usá-lo e as mulheres, por não engravidarem mais, não se preocupam', explica. "[sic]

Há uma estatística importante quanto ao HIV em Santa Catarina: Florianópolis, 3.473 casos; Joinville, 2.193; Itajaí, 1.953; Blumenau, 1.367; São José, 1.193 e outras cidades, 3.837.

Há ainda a incidência por orientação sexual: heterossexuais, 11.578; homossexuais, 1.629 e bissexuais, 848 casos.

É importante que se estenda a todo o estado de Santa Catarina a campanha do HIV/Aids, para que tenhamos a consciência do uso do preservativo, das seringas descartáveis e que todos os idosos, principalmente, tenham consciência de que a contaminação por esse vírus aumentou na sua faixa de idade. Os idosos precisam cuidar-se mais, eles têm que assumir o uso de medicamentos que aumentam o apetite sexual e nós temos que orientá-los para ter mais cuidado para que não ocorra o aumento da contaminação pelo vírus da Aids nessa faixa etária.

Gostaria que esse recado fosse dado a todos os idosos de Santa Catarina, porque nós, como médico, temos uma preocupação especial com eles e em vários momentos apoiamos-os: quando foi elaborado o Estatuto do Idoso; na elaboração do projeto de lei que criou os Jogos Abertos da Terceira Idade do Estado de Santa Catarina; na confecção das leis que lhes dão preferência no atendimento da saúde, no sistema bancário, no setor de transporte, entre outros. Além desses benefícios, temos também a missão de orientá-los, de dizer que a Aids está presente assim como outras doenças e que existem maneiras de se prevenir. E a prevenção está sendo feita com competência pela secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina, sob o comando da secretária Carmem Zanotto, que está conduzindo muito bem aquela pasta.

O nosso agradecimento especial a você, idoso. Temos certeza de que a partir de hoje você terá uma visão diferente, um cuidado especial com a Aids!

Também aqui queremos relatar o que está acontecendo em cidades como Blumenau, Itajaí, Indaial, municípios atingidos pela grande tragédia, como relatei na semana passada. Temos que relatar também que o primeiro catarinense a buscar recursos, ajuda e diagnóstico sobre o que está acontecendo nesses municípios foi o nosso governador do estado, Luiz Henrique da Silveira. Temos a certeza de que o governador, com o apoio que deu àqueles municípios na tragédia, fazendo com que até o presidente da República se deslocasse para ver, *in loco*, o que aconteceu em nosso estado, continuará presente na ajuda aos catarinenses mais necessitados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, quero anunciar, com satisfação, a presença do presidente da Câmara de Vereadores do município de Araranguá, vereador reeleito e mais votado daquele município, Lourival João, o Cabo Loro, pedetista que nos dá a honra da sua presença e que vem acompanhado de seu assessor Librelato e do sr. José Luiz, dono do jornal *Sem Censura*.

Desejo boas-vindas ao Parlamento catarinense a esses nobres e ilustres visitantes da sua região, deputado presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Da sua região também, deputado Dagomar Carneiro. Araranguá fica muito próximo de Brusque, de modo tal que, geopoliticamente, sejam todos bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, encontra-se em nossa Casa um vereador do município de Três Barras, juntamente com sua comitiva. Quero agradecer a presença de todos e dizer-lhes que se sintam à vontade em nosso meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado padre Pedro Baldissera, que tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, aproveite a oportunidade para trazer presente um tema sobre o qual já tenho tratado nesta tribuna em outros momentos, ou seja, a questão que está contemplada na Constituição do Estado de Santa Catarina e que ainda necessita, por parte do governo, de regulamentação: o seguro agrícola.

Nós vivenciamos por vários anos consecutivos, no meio-oeste, no oeste e no extremo oeste do nosso estado, o enfrentamento de longas estiagens, de diferentes intempéries e, às vezes, como aconteceu agora no vale do Itajaí e no norte do estado, de cheias, que trazem estragos enormes às famílias, à sociedade daquelas regiões.

Diante disso, muitas perdas vêm acontecendo dentro do setor agrícola, sem mencionar os outros setores, perdas irreparáveis aos pequenos trabalhadores da agricultura familiar, da agricultura camponesa, quem vêem as suas culturas sendo destruídas pelos diferentes acontecimentos.

Fizemos um rápido levantamento. Só na questão das lavouras de feijão, a estimativa é que, dos 70 mil produtores de grãos no estado, cerca de 80% tenham sido prejudicados. A colheita, em torno de 150 mil toneladas previstas, pode cair pela metade, causando um prejuízo acima dos R\$ 120 milhões. Sem contar a questão da própria cebola, que sofreu uma redução de 400 mil toneladas para menos de 200 mil; o fumo teve uma perda em torno de 20%, porque a colheita já está comprometida devido à questão do excesso de chuva que vem acontecendo em diferentes regiões do nosso estado.

Por outro lado, tivemos prejuízos em vários anos também pela estiagem que assola, prejudica, os pequenos produtores e a agricultura como um todo, de maneira especial o meio-oeste, o oeste e extremo oeste do nosso estado. E já se inicia neste momento um processo de estiagem na região oeste do estado de Santa Catarina.

É claro que tudo isso está estritamente relacionado - e quero colocar aqui mais uma vez - ao desequilíbrio que existe dentro do meio ambiente, a natureza da qual fazemos parte e convivemos.

Mas é preciso que se tomem algumas iniciativas, e o estado, o ente público, tem a sua responsabilidade. E nesse sentido esta Casa, em 1992, aprovou a Lei n. 8.676, que traça as diretrizes da política estadual da agricultura e detalha o seguro agrícola.

Eu me lembro que, em vários momentos, tenho trazido o tema aqui na tribuna para o debate com a sociedade. Fizemos um encaminhamento ao governo do estado para que pudesse regulamentar a matéria de extrema necessidade, exatamente para fazer o enfrentamento a essas questões que se contrapõem ao cultivo, ao desenvolvimento dessas culturas e das diferentes regiões do nosso estado, através das intempéries, sejam elas por excesso de chuva ou pela estiagem, pelo granizo, enfim, por tantos acontecimentos.

Infelizmente, até o presente momento, nós não tivemos nenhum encaminhamento. E a cada ano em que nós nos confrontamos com essa realidade, a classe envolvida passa de mãos vazias. E aí temos que ir com o chapéu na mão buscar recursos em outras instâncias para suprir as dificuldades, os problemas que são encontrados nessas diferentes regiões. Mas quem perde sempre nessa situação é o nosso pessoal lá da ponta: ou são as famílias atingidas, muitas

vezes pobres, sem condições de reconstruir o seu espaço, ou são aquelas outras famílias lá da agricultura que vivem do plantio daquelas culturas, que perdem ano após ano e não têm o amparo do estado, do poder público, para poder continuar acreditando e investindo naquela realidade.

Nesse sentido, em 2007, tive a liberdade de sugerir ao procurador-geral de Justiça que propusesse uma ação direta de inconstitucionalidade pela omissão que o governo tem com relação ao descumprimento daquilo que a Constituição propõe e coloca em torno do seguro agrícola.

Portanto, mais uma vez, trazemos aqui para a sociedade catarinense essa preocupação. Esperamos poder nos antecipar aos acontecimentos. Temos que fazer a política da antecipação. Não podemos esperar que a desgraça aconteça para tomarmos as medidas, é preciso tomá-las antes. E é nesse sentido que faço este apelo neste momento: que o governo do estado de fato regulamente o seguro agrícola no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o eminente deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público que participa desta sessão de hoje, quero utilizar este espaço para discutir o tema do meio ambiente, o Código Ambiental e essa tragédia que aconteceu aqui em Santa Catarina.

Muitos estados estão debatendo a questão ambiental. O governo federal compôs um grupo, junto com os ministérios e o Congresso Nacional, para discutir a legislação ambiental num prazo de 120 dias.

Esta Casa está discutindo o Código Ambiental, que a partir de julho chegou a este Poder uma proposta do governo do estado. Temos que considerar que em agosto e setembro houve calendário especial nesta Casa, em que os deputados participaram ativamente da política municipal, da eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores e, portanto, não houve a oportunidade de discutir o Código Ambiental. E a partir de outubro foram realizadas dez audiências públicas.

Diferentes entidades estão se manifestando, nós, inclusive, no dia de ontem, fomos ouvir o setor mais urbano - ouvimos o Sindicato de Habitação, o setor imobiliário -, que nos apresentou 21 páginas de alterações, supressões, mudanças na proposta do Código Ambiental. Outras entidades estão apresentando outras proposições.

Quero dizer aqui, srs. parlamentares, que fizemos um apelo, deputado Piriquito, prefeito eleito do Balneário de Camboriú, cidade também atingida na região por essas enchentes, ao presidente da comissão de Justiça para prorrogar o cronograma, o prazo de apreciação do Código Ambiental. É impossível os deputados lerem e avaliarem 306 artigos! É impossível apresentarmos emendas que produzam efetivamente um debate de qualidade. Cada emenda, muitas vezes, requer uma audiência pública - como o setor imobiliário está propondo gestão plena do debate do uso do solo e parcelamento do solo urbano -, quando se discute nova metragem para o espaço urbano para construção de casas nos rios, nos lagos, nos córregos e assim por diante; para discutir a Jaria, que hoje tem uma composição; para discutir a metragem no espaço rural; para discutir o prazo de 60 dias de um parecer técnico dos órgãos ambientais. E não concedendo automaticamente fica aprovada a licença ambiental sem parecer técnico, deputada Ada De Luca! Como é possível discutirmos isso com profundidade?!

Então, queremos fazer um apelo aos deputados Romildo Titon, Jorginho Mello, Décio Góes e Moacir Sopsela para que se altere o cronograma do debate do Código Ambiental.

E na tragédia deste ano em Santa Catarina, diferente de 1983 e 1984 em que a tragédia foi devido ao aumento do rio, as cheias, a inundação, as mortes que ocorreram foram, na sua maioria absoluta, por desmoronamento. O excesso de chuvas, sim, foi uma causa, mas, ao mesmo tempo, temos que discutir o uso do solo urbano, o uso das encostas, a construção de habitação em lugares de risco, ou na área rural a produção agrícola em todos os espaços de produção.

Portanto, a própria tragédia tem que nos colocar a responsabilidade com o futuro de Santa Catarina. E todos os parlamentares aqui têm sido solidários, assim como esta Casa tem sido solidária aos atingidos por essa tragédia. O Brasil inteiro está sendo solidário. Parabéns ao povo brasileiro e catarinense pela solidariedade às vítimas dessa enchente.

Não podemos, por responsabilidade ética, moral e política, permitir que se vote um Código com 306 artigos sem profundidade, sem debate e sem discussão da maior parte deles. Por isso a nossa bancada faz um apelo aqui a todos os deputados, principalmente aos presidentes das comissões, para que possamos construir um novo cronograma, porque, com relação a essa tragédia, precisamos discutir, a médio e longo prazos, programas preventivos, obras preventivas e políticas públicas de prevenção a novas tragédias.

Quero dizer que, se votarmos o Código Ambiental do jeito que está, sem debate, sem discussão, e votando a maior parte dos artigos do jeito que está, nós vamos anunciar novas tragédias em Santa Catarina. Portanto, este Parlamento vai ter que assumir a responsabilidade de novas mortes, de novas tragédias, de novas catástrofes ambientais, sociais e econômicas em Santa Catarina.

O governo aqui tem maioria. No ano que vem vai continuar com maioria. Não é problema de voto, aqui; é problema de debate, de construir um bom Código Ambiental. E humanamente é impossível discutir e aprovar, até o dia 18 de dezembro, um Código Ambiental decente, responsável, conseqüente de casar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e preservação ambiental, que é a chamada sustentabilidade, que é o desenvolvimento sustentável.

Por isso, nesta tarde, queremos dizer que há dezenas de artigos e que a bancada vai apresentar, hoje, até as 19h, dezenas de emendas, mas vai ser impossível discutir, inclusive, as emendas da Bancada do PT, sem considerar as emendas das demais bancadas. E se há uma base social que está fazendo apelo para votar até o final do ano são os agricultores familiares, deputado Sargento Amauri Soares.

A nossa bancada está tranquila. O deputado Dirceu Dresch participou de várias audiências públicas, assim como o deputado padre Pedro Baldissera e os demais deputados; temos acordo e consenso. Deputado Décio Góes, presidente da comissão do Meio Ambiente, temos acordo de flexibilizar, no debate, para os pequenos agricultores; temos acordo para flexibilizar, na área rural, o debate da legislação ambiental. Portanto, com relação a isso nós não temos nenhuma oposição. O que nós temos é que na área urbana, do jeito que está, e que extingue várias leis, não vai haver mais nem regra para o parcelamento do solo urbano.

Deputado Piriquito, v.exa. vai ser prefeito em Balneário Camboriú. Se extinguir a maior parte dos artigos, como o Código está propondo, não vai haver regimento no parcelamento do solo urbano, porque deixou alguns poucos artigos somente no Código, extinguindo dezenas de outros artigos, e não só no mérito, mas é fim de regimentos.

E a tragédia tem que ser socorrida agora, mas, ao mesmo tempo, tem que haver um planejamento neste estado para não se continuar desmatando, pois, com relação à Mata Atlântica, existem denúncias de que o maior desmatamento que ocorreu em 2001 e 2007 foi em Santa Catarina. É preciso se perguntar se o desmatamento está produzindo tragédia, se o desmatamento está produzindo também mais mortes, se o desmatamento está produzindo mais renda ou menos renda.

O que os nossos agricultores precisam não é trabalhar mais; eles precisam ter dinheiro no bolso. É aviário, é suinocultura, é agora bovinocultura e gado de leite, e isso amplia o trabalho dos agricultores, mas não, necessariamente, amplia a sua renda.

Por isso que a bancada do PT propõe compensação ambiental. Agricultor que preserva recebe renda. Agricultor que deixa de produzir naquele espaço e cuida da mata, cuida do meio ambiente, recebe renda, recebe recursos financeiros para preservar e sustentar o desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Muito boa-tarde, sra. deputada e srs. parlamentares.!

Esta Presidência recebeu um requerimento para suspender a sessão ordinária pelo tempo de dez minutos, na data de hoje, antes do horário destinado aos Partidos Políticos, para que a sra. professora Beat Frank, secretária executiva do Comitê do Itajaí, e o dr. Gilberto Canali, ex-presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, possam se pronunciar sobre as tragédias no vale do Itajaí e o projeto de lei que cria o Código Ambiental em Santa Catarina.

Como este requerimento foi assinado, srs. deputados e sra. deputada, por diversos líderes que estão presentes no plenário neste momento, esta Presidência suspenderá a sessão pelo período de dez minutos para que possamos ouvir a professora Beat Frank.

Está suspensa a presente sessão.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos imediatamente ao horário dos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, pessoas que nos acompanham nesta sessão, nós ouvimos, usando este microfone nos últimos minutos, a voz da ciência e aparentemente ela não chamou muito a atenção deste Parlamento. Ou seja, a voz da ciência está sendo ignorada justamente no lugar em que deveria ser mais ouvida.

Nós temos acompanhado esse debate entre diversos cientistas, inclusive temos recebido documentos e textos. E a nossa sugestão é tão somente e simplesmente suspender a tramitação do projeto do Código Ambiental neste ano de 2008. Simplesmente isto, suspender a discussão, a tramitação e a votação do projeto do Código Ambiental em 2008, para que possamos efetivamente falar com a sociedade e não somente com os setores econômicos, produtivos. Também considero justas as demandas dos pequenos agricultores ou de muitos deles, mas eles estão, infelizmente, sendo usados pelos grandes monopólios do setor agrário, e não só por esse setor.

Então, é preciso suspender essa discussão e fazer a reflexão com quem estudou e conhece, inclusive, bem mais do que nós, deputados, esse assunto.

Estivemos em Blumenau e Gaspar desde quinta-feira da semana passada até o último domingo, ou seja, estivemos durante quatro dias naquela região, atendendo uma sugestão do deputado Jean Kuhlmann para que fôssemos sujar os pés na lama. Nós, modestamente, sujamos os pés na lama e fomos para a ponta do sistema, lá onde viviam as pessoas e convivemos com três comunidades pobres de Blumenau e uma de Gaspar.

O trauma de fato é muito grande. Existe um visual urbano de guerra com entulhos, mau cheiro, lama e escombros por todas as partes. A condição de alimentação, de abastecimento de água e de moradia é precária, e não só para as pessoas que estão vivendo nos abrigos improvisados.

É possível julgar que pelo menos 100 mil pessoas em Blumenau, ou seja, um terço da população daquela cidade esteja precisando de água limpa, tratada, de preferência engarrafada e de alimentação básica na sua casa, porque não são só as pessoas que estão nos abrigos que precisam. As pessoas não conseguem circular na cidade porque a maioria dos bairros não tem acesso para o centro, não tem condições de abastecimento, os empregos estão suspensos. Quem trabalha como pedreiro, como pintor perdeu o emprego. Assim, é preciso que o estado chegue até lá.

Essa deve ser a realidade também de outras cidades, como Itajaí e tantas outras, principalmente as da região do vale que foram mais atingidas.

A solidariedade tem chegado de todo o estado de Santa Catarina, do Brasil e do mundo. A solidariedade é grande e bonita naquela região. Todas as ideologias, todas as crenças religiosas, todas as torcidas de futebol se irmanam na mesma fila para ajudar. É uma multidão de pessoas que buscam ajudar. Caminhões não param de chegar a Blumenau com água, comida, roupas, calçados, colchões, medicamentos. É preciso, no entanto, que esses donativos cheguem lá na ponta do drama, na comunidade, porque não basta levar a Blumenau ou a Itajaí, é preciso que cheguem até as casas das pessoas.

Como falava, muitas pessoas daquela cidade estão, em suas casas, ilhadas, por condições geográficas ou têm receio de deixar suas casas e serem roubadas. É preciso atendê-las, senão corremos o risco de ter epidemias, o que agravaria ainda mais a situação de saúde, de convivência e de vida naquelas cidades.

Mas voltarei a falar sobre esse assunto em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muita obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Jandir Bellini, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr.

presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo a esta tribuna, infelizmente, para falar sobre essa tragédia que se assolou sobre o nosso estado, mais precisamente sobre a região do vale do Itajaí. Nós todos acompanhamos pelos meios de comunicação a tristeza, a perda de vidas, a perda de patrimônio e a perda material de cada um dos que lá residem.

Nós queremos aqui registrar o nosso agradecimento e a solidariedade que tivemos nesse período, quando milhares e milhares de catarinenses necessitaram de alimentação, de transporte, de cuidados com a saúde, de medicamentos e de condições de abrigo. Foi muito bonito e muito importante, mas a minha preocupação é com o amanhã, sra. presidente, v.exa. que também representa a nossa região. Entendo que os meios de comunicação estão empenhados em proporcionar a nós, catarinenses, um atendimento na área da saúde, da alimentação etc., mas preocupa-me que, buscando sensibilizar o povo brasileiro e até do exterior, passem uma imagem perigosa da nossa região. Preocupa-me quando nós ouvimos pessoas, técnicos dizendo que a nossa região é uma área de convergência, na qual o clima é assim mesmo, quando não é chuva, é seca, e que praticamente temos esse tipo de catástrofe quase todos os anos.

Meu líder, deputado Silvio Dreveck, isso vai fazer com que o investidor que pretende investir na nossa região no futuro, o próprio investidor, o empresário que aqui está pense duas vezes antes de recuperar a sua empresa ou de fazer novos investimentos. Isso traz outra preocupação: o desemprego. A falta de renda faz com que o comércio sofra, o governo não arrecade e que nós entremos num caos.

Por isso, eu queria pedir aqui aos srs. deputados, a esta Casa, que representa o povo de Santa Catarina, que, juntos, possamos fazer uma moção, ou um requerimento, ou uma manifestação - não sei qual o caminho -, dirigida à união e ao estado para que se desenvolvam políticas de recuperação da nossa economia.

O governo federal agiu rapidamente, veio ao nosso estado e na volta, no avião, já comunicava à Casa Civil que deixasse uma medida provisória pronta no sentido de que recursos fossem liberados. Mas é necessário que o presidente Lula defina, desses R\$ 1,6 bilhões anunciados, o que vem para Santa Catarina e para onde vão esses recursos; quais serão as políticas adotadas para o setor produtivo, quais serão as políticas adotadas para os cidadãos e quais serão as políticas adotadas para o poder público.

Entendo, deputado Silvio Dreveck, que se faz necessária para o setor produtivo - e quando eu falo setor produtivo não é só a indústria, a grande empresa, mas o micro, o pequeno empresário, o bazar da esquina, todos aqueles que giram a nossa economia, que geram empregos - uma política específica para que as pessoas possam ter empregos, mantendo a renda do cidadão. Essa é uma fase, é uma etapa.

A segunda etapa é proporcionar ao cidadão moradia, compra de móveis, de eletrodomésticos, através de linha de crédito específica, e também da liberação do FGTS, que já é uma decisão tomada, para que ele possa retomar a sua vida normal e estar motivado para trabalhar, produzir e aqui permanecer.

A terceira etapa está direcionada aos poderes públicos, tanto municipal como estadual, já que o estado teve rodovias e pontes destruídas. Refiro-me aqui ao município de Itajaí, que teve 80% da sua população atingida e que, por ser uma cidade plana, sofreu assoreamento em todo o seu sistema de drenagem, bem como teve escolas, creches e unidades de saúde totalmente destruídas.

Então, quais as políticas que o governo federal e que o governo estadual vão proporcionar aos municípios que foram afetados? Essa é a minha preocupação.

Srs. deputados, essa tragédia aconteceu justamente num vácuo de governo, após as eleições, num período em que deveria haver a transição dentro do processo democrático. Mas trabalharemos em conjunto, não importando as cores partidárias. Não importa para qual time se torça, devemos, sim, estar unidos, demonstrando uma verdadeira união. Tenho certeza de que o povo catarinense vai estar unido, assim como o povo de Itajaí, Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luis Alves, que foram os municípios mais atingidos.

Gostáramos que esta Casa analisasse a questão e conversasse com o deputado Renato Hinnig, relator do Orçamento, para que possa realmente buscar recursos para esses municípios atingidos por essa tragédia.

Agradeço a todos os catarinenses pela ajuda, mas, até por questão de justiça, queria fazer um agradecimento especial a uma pessoa que, desde segunda-feira retrasada, primeiro dia de enchente, acampou no pavilhão da Marejada com o seu gabinete, com a sua família e juntamente com o governo municipal procurou trabalhar, atender todos da mesma maneira, com carinho, com dedicação e que não tem sido lembrado em momento algum, que é o nosso vice-governador Leonel Pavan. É preciso que fique registrado nesta Casa o nosso carinho e o nosso agradecimento ao vice-governador Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, desejo registrar a presença nesta Casa do professor da Udesc e da Univille, Nelson Trigo, meu companheiro de chapa como vice-prefeito de Joinville. Seja bem-vindo.

Também pediria que o deputado Jandir Bellini relatasse como saiu da sua casa para vermos a dificuldade das pessoas, em Itajaí. No almoço da bancada, ele contava a forma como conseguiu sair de casa com sua família, tendo a água batendo no teto da residência.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, senhoras e senhores, eu desejo, nesse espaço que cabe ao meu partido Democratas, falar rapidamente, a exemplo daqueles que me precederam, a respeito desse episódio das enchentes em Santa Catarina. Já foram feitos relatos dramáticos dos estragos da enchente que aconteceu nas cidades de Itajaí, Ilhota, Gaspar e Blumenau. Todos nós estamos sensibilizados. O povo catarinense, o povo brasileiro demonstrou extremo espírito de solidariedade.

Em Joinville, alguns bairros, deputados Jean Kuhlmann e Cesar Souza Júnior, foram atingidos pelas enchentes: Jativoca, Nova Brasília, Jardim Kelly, Jardim Sofia e Jardim Paraíso, bem como a região sul de Joinville, nas margens do rio Itaú e no bairro Floresta. Nós estamos tomando algumas providências para minimizar o efeito das enchentes no município de Joinville, sra. presidente.

Primeiramente, nós temos lá três rios que precisam urgentemente ser dragados: o rio Pirai e o rio Águas Vermelhas, que provocaram as enchentes nos bairros Jativoca, Nova Brasília e Vila Nova, e o rio do Braço, que provocou enchente na nossa universidade, nos bairros Kelly e Jardim Sofia.

Agora, o absurdo, sra. presidente, é que nós não estamos conseguindo, deputado Kennedy Nunes, a licença ambiental para fazer a dragagem desses rios. Ora, nós estamos protegendo a mata ciliar das margens desses rios e estamos, em contrapartida, colocando em risco a vida das famílias ribeirinhas, das famílias que moram às margens desses rios.

Eu propus à comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público a realização de uma audiência pública em Joinville - e o deputado Jean Kuhlmann deverá, na reunião de amanhã, homologar e marcar a data.

Deputado Kennedy Nunes, gostaríamos de poder contar com a sua presença, em Joinville, nessa audiência pública, na qual poderemos discutir com a prefeitura, com o governo do estado, com os órgãos ambientais e, sobretudo, com o Ministério Público, no sentido de construir um termo de ajuste de conduta para conseguirmos a licença ambiental para dragarmos esses rios, porque com a dragagem desses três rios estaremos minimizando as enchentes em nosso município.

Quero aqui também anunciar oficialmente que estou apresentando uma emenda de R\$ 1,5 milhão ao Orçamento de Santa Catarina a fim de fazermos o projeto e a dragagem do rio Pirai, do rio Águas Vermelhas e do rio do Braço, na cidade de Joinville.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Darci de Matos, quero aqui parabenizá-lo pelas suas colocações, porque realmente a dragagem dos rios é um assunto extremamente importante e nós vamos analisar isso amanhã na comissão de Serviço Público. Com relação à questão da audiência pública, com certeza, a comissão irá manifestar-se de forma favorável.

Agora, quero falar a v.exa. sobre a importância da audiência pública no sentido de que sejam realizados os projetos para que essa obra seja executada. Enquanto eu estava na

secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no ano passado, secretaria esta que hoje é ocupada pelo deputado Onofre Santo Agostini, comecei um trabalho de utilização dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro -, que servem justamente para esse tipo de ação.

Para isso é importante que v.exa., na audiência pública, consiga mobilizar a prefeitura para fazer o projeto e aí, automaticamente, buscar o recurso. Eu quero aqui lhe dizer que o recurso existe. Hoje o problema é que não existem projetos. Com certeza, v.exa., fazendo a audiência pública e fazendo o projeto, vai conseguir com o secretário Onofre Santo Agostini buscar os recursos necessários para executar essa obra tão importante para Joinville e região.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Nós temos aqui a presença do deputado Renato Hinnig, que é o relator do Orçamento. Peço ao relator que analise com carinho essa emenda referente ao município de Joinville, para que com R\$ 1,5 milhão possamos executar as obras de dragagem dos três rios e resolver em parte o problema das enchentes em nosso município.

Sra. presidente, nós tivemos, em Joinville, uma ampla reunião com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com coordenadores da Defesa Civil de Santa Catarina e com os prefeitos dos municípios da nossa região, pois temos uma preocupação com relação àquelas centenas de casas que foram atingidas pela enchente e que carecem de pequenos reparos no forro, no assoalho, nos banheiros. Para fazer esses pequenos reparos as famílias vão precisar da liberação de recursos de pequena monta, mas a fundo perdido, para que possam voltar a ter conforto nas suas casas.

Portanto, nós estamos marcando, em Joinville, uma reunião com a Defesa Civil, e em Florianópolis, com o secretário de Cidadania, Justiniano Pedrozo, juntamente com o prefeito Marco Tebaldi, para tomarmos as providências no sentido de atender as inúmeras famílias que foram atingidas pela enchente no município de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, ocupo a tribuna hoje para enaltecer toda a solidariedade que Santa Catarina está recebendo dos próprios catarinenses que se mobilizaram de forma generalizada. Temos dezenas de exemplos de mobilização que estão sendo executadas por catarinenses, mas também estamos vendo uma grande demonstração de solidariedade do povo brasileiro. Percebemos que todos se comoveram com a tragédia que se abateu sobre o nosso estado e de modo geral houve uma mobilização que foi capaz de suprir as necessidades mais prementes de alimentação, de água, de roupa aos flagelados.

Srs. deputados, agora temos a segunda etapa que precisa ser vencida, através de ações dos governos municipais, do governo estadual e do governo federal. Estive na região da foz do rio Itajaí, na última sexta-feira, e pude constatar uma verdadeira tragédia. Em diversas reuniões acontecidas colhemos sugestões, que já foram encaminhadas ao governo do estado, para algumas soluções que se fazem necessárias, neste segundo momento, no sentido de que seja dada oportunidade aos empresários de restabelecerem seus negócios. Há necessidade de se criar alguma linha de crédito para que aqueles pequenos empresários possam reconstruir, começar de novo a sua vida. Uma linha de crédito com juro baixo, com carência e com prazo de pagamento adequados.

Srs. deputados, ainda são necessárias medidas do governo no sentido de prorrogar o pagamento do ICMS, que venceria agora, no próximo dia 10 de dezembro, por pelo menos 30 dias. E que essa medida se conserve pelos próximos quatro ou cinco meses, para que os empresários tenham condição de honrar seus compromissos e de reiniciar suas atividades.

Da mesma forma, temos o problema ocorrido com o porto de Itajaí, que cria transtornos aos importadores e exportadores que o utilizavam, pois os armadores não têm mais condições de ali desembarcar suas mercadorias. E nós tínhamos, fruto da política agressiva de Santa Catarina de atrair as importações para o nosso estado, um volume grande de recursos advindos do ICMS proveniente de uma indústria limpa, sem qualquer investimento adicional por parte do governo. Agora é hora de a secretaria da Fazenda adotar medidas para permitir que os importadores façam o desembaraço das suas mercadorias desembarcadas em outros estados. Fizemos contato com o secretário Sérgio Alves, encaminhamos uma solicitação formal e ele acenou que essa medida já está em curso. É hora de a classe política, de nós, deputados, de cada um ouvir os pleitos e trazê-los para discussão e encaminhamento junto ao governo do estado.

Pude perceber, sr. presidente, que as instituições que congregam os segmentos empresariais estão dispostas a contribuir, a colaborar, e também entrar com a sua parcela de sacrifício, mas para isso é preciso que se abra o diálogo e que se dê oportunidade para cada um se manifestar.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Obrigado, deputado Renato Hinnig.

Quero aqui, de público, agradecer a v.exa. pela visita ao meu escritório regional e à cidade de Itajaí. Até em função da responsabilidade que recai sobre seus ombros como relator do Orçamento do estado, v.exa. procurou conhecer *in loco* toda a verdadeira situação.

Assim, é importante esse relato que v.exa. faz com relação ao nosso porto, que é o nosso coração, é ele que movimenta 70% da economia de Itajaí e boa parte da economia do estado de Santa Catarina e do Brasil, pois ele precisa, sim, da atenção especial de todos os governantes, dos municípios, do estado e da união, da sociedade como um todo, para sua recuperação imediata, a fim de que possamos gerar e transportar as nossas riquezas, exportando e importando, e também gerar os empregos necessários.

Portanto, quero fazer o registro da sua preocupação, da sua visita a nossa cidade e quero, em meu nome e em nome dos itajaíenses, agradecer.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Obrigado, deputado Jandir Bellini, tenham certeza de que poderão contar com o apoio deste deputado em tudo o que puder fazer para rapidamente recuperar Santa Catarina.

Deixo o restante do tempo do nosso partido para o deputado Moacir Sopelsa, que irá fazer uso da tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, sra. deputada Ada De Luca, o assunto que me traz à tribuna, no dia de hoje, vai na mesma direção do que muitos deputados já se pronunciaram. É sobre o momento difícil por que passa o nosso estado, principalmente uma região do estado de Santa Catarina.

A Associação Catarinense de Criadores de Ovinos está muito sensível com toda a situação por que passa o povo catarinense, assim como todos os catarinenses e brasileiros, porque estamos recebendo neste momento, deputada Ada De Luca, apoio de todo o Brasil e até de outros países. O povo brasileiro é solidário e dá as

mãos nas horas difíceis. Assim, os produtores de ovinos de Santa Catarina, junto com os produtores de ovinos do Rio Grande do Sul, em um leilão que vai acontecer na próxima quinta-feira, no parque de Esteio, estará leiloando um animal superior, cujos recursos serão doados em auxílio das pessoas flageladas de Santa Catarina. É um recurso pequeno, quem sabe, uma doação humilde, mas acima do valor que for arrecadado é importante deixar registrada a sensibilidade das pessoas, a sensibilidade das entidades de ajudar a minimizar a dor por que passam milhares de pessoas que foram atingidas por essa catástrofe.

Quero, então, deixar registrado aqui o valor humano dessas pessoas, que se lembraram de ajudar os nossos irmãos que foram atingidos pelas cheias.

Ouvi, hoje, pronunciamentos relacionados ao nosso Código Ambiental e quero deixar registrada a minha posição.

Temos que respeitar todas as posições, temos que respeitar as áreas de risco. Sabemos que muitas coisas que estão acontecendo poderiam ter sido evitadas se não houvesse a agressividade do homem, se não houvesse a agressividade do ser humano. Mas não podemos usar a catástrofe que se abateu sobre Santa Catarina para deixar de construir a nossa lei, a lei ambiental do estado de Santa Catarina.

Mais uma vez vou repetir aqui, deputado Silvío Dreveck, aquilo que disse em todas as audiências públicas: nós precisamos separar as questões ambientais que envolvem a nossa agricultura, que envolvem o nosso produtor, das questões ambientais que envolvem os nossos centros urbanos, as nossas cidades. O produtor não pode mais uma vez esperar pela votação do novo Código Ambiental, não podemos mais transferir a votação para outra oportunidade, sob pena de não haver segurança nas ações que os agricultores querem viabilizar nas suas propriedades.

E não quero aqui, deputado Elizeu Mattos, ser mal compreendido. Quero dizer que precisamos, sim, construir essa legislação com segurança, com técnica, com o conhecimento daqueles que sabem de que forma as coisas devem acontecer, cada um dentro da atividade que conhece.

Deputado Pedro Uczai, tenho um grande respeito por sua forma de agir, por sua forma de ser. Sei da sua sensibilidade, mas acho que as coisas não podem ficar paradas nesta Casa, sem que se dê uma solução àqueles que precisam de uma solução urgente. Então, vamos pensar, vamos construir isso a quatro mãos, para que não se deixe de ter, deputado Antônio Aguiar, uma lei que o setor produtivo está esperando.

Em matérias de jornais fui até acusado por alguns deputados de estar aqui a serviço dos fazendeiros, das indústrias, dos plantadores de árvores, dos plantadores de pinus, das grandes indústrias de papel. Quero dizer que isso não me ofende, eu sei da minha consciência, sei do meu trabalho e ninguém, por custo nenhum, vai mudar a minha forma de agir, a minha forma de ser em defesa daqueles que ajudaram a me colocar aqui, daqueles que sempre me deram apoio para eu poder ser a sua voz na Assembléia Legislativa, que são os produtores. Esses vão sempre ter a minha defesa e o meu apoio nesta Casa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Moacir Sopesa, acompanhei atentamente o seu pronunciamento sobre o novo Código Ambiental. Na verdade, não se pode culpar um Código Ambiental que sequer foi aprovado no estado de Santa Catarina pela catástrofe que aconteceu. E para que não pairam dúvidas, tudo o que estamos tentando fazer é para preservar o desenvolvimento sustentável, nada para derrubar morros, para destruir a natureza. A vontade da Assembléia Legislativa é completamente o contrário.

Na questão que foi hoje falada aqui, estou fazendo uma emenda sobre os campos de altitude. Vou apresentar essa emenda, pois acho que podemos, através de emendas, já que o projeto não está fechado, melhorá-lo e muito. Mas é preciso que tenhamos um Código Ambiental para o estado de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherech, da cidade de Brusque, ex-secretário de Saúde de Balneário Camboriú, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHERECH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, nasci na querida cidade de Brusque e fui criado com muito carinho e adotado pela querida cidade de Balneário Camboriú.

Quero, neste momento, ocupar esta tribuna para me solidarizar com todo o povo brasileiro, com cada cidadão brasileiro pelo gesto nobre com o estado de Santa Catarina, principalmente com as regiões do litoral, do vale e do alto vale do Itajaí, que foram atingidas de maneira perversa, de maneira muito forte, pelas cheias, que causaram inúmeros problemas, desde simples alagamentos de moradias, de ruas, até deslizamentos e mudanças da geomorfologia do estado catarinense.

Isso, com certeza, cria algumas preocupações a curto e médio prazos, que nos deixam, muitas vezes, como homem público, com aquela vontade de querer ajudar, mas com aquele sentimento de impotência. É o que vimos sentindo nesses dez dias de sofrimento, vendo a nossa população, desde a mais tenra criança até o mais idoso, passar por momentos de agonia, de desespero, de sofrimento.

Com certeza, algumas reflexões temos que fazer a partir dessa catástrofe que ocorreu no estado de Santa Catarina. Baseio-me em três preocupações. A primeira delas é a questão ambiental. Acredito que todos nós estamos preocupados com este momento. Há muitos anos a Terra vem dando sinais de alerta em relação ao modo como o nosso planeta vem sendo agredido. E não podemos pensar apenas em reconstruir as nossas cidades, temos que pensar e repensar o modelo como as estamos administrando.

Temos, com certeza, que fazer tudo muito mais amplo. Os homens públicos têm que ter mais coragem para tomar as suas decisões e coragem também para enfrentar o poderio econômico que em nome da economia, em nome do desenvolvimento, passa por cima daquilo que é puro e mais sagrado deste planeta chamado Terra.

Por isso que como deputado estadual, como homem público temos que cada vez mais rever as nossas posições. Tudo se faz em nome do progresso, tudo se faz em nome do desenvolvimento, mas muitas vezes esquecem que vivemos em cidades, que vivemos em comunidades e dependendo da maneira como isso é feito pode refletir em outra localidade. Temos, então, não apenas que reconstruir o conceito, mas repensar profundamente nas administrações das cidades ou dos estados, dos quais fazemos parte.

A segunda reflexão que trago a esta Casa neste momento, srs. deputados e sra. deputada, diz respeito a uma questão que me preocupa profundamente, ou seja, a questão da moradia, a questão do lar, daquelas pessoas que hoje têm uma certa idade e que jamais vão reconstruir as suas vidas, jamais terão condições financeiras, econômicas para reconstruir aquilo que levaram uma vida toda construindo, que é o seu lar, aquilo que é, depois da saúde, de mais sagrado. Então, essas pessoas não terão condições, com certeza, para reconstruir o seu lar.

Por isso faço um apelo, aqui, à bancada do PT, junto com o governo federal. Mas eu tenho que elogiar o presidente Lula pela maneira carinhosa que tem tratado o estado de Santa Catarina, neste momento difícil, colocando os seus ministros à disposição, vindo pessoalmente até o nosso estado. E ele, um homem de origem humilde, sentiu com certeza na pele o sofrimento daquelas pessoas que perderam tudo que tinham.

Por isso faço um apelo à bancada do PT, no sentido de tratar com muito carinho essa questão da política habitacional e fazer uma parceria com os estados, com os municípios, para recompor aquilo de mais sagrado que uma família tem, que é o seu lar. É muito importante porque muitas famílias não perderam apenas suas casas, perderam sua terra, o seu lote. Ou seja, não existe nem mais o local onde estava a sua habitação.

Acredito que teremos que nos reunir em outro momento para construir com certeza uma política voltada para isso, porque não é com R\$ 10 mil, com R\$ 15 mil, com R\$ 20 mil que se vai construir uma casa, uma habitação para uma família. É um problema muito difícil e não pode ser solucionado de uma maneira simplória. Mas tem que estar unidos o município, o estado e a união para resolver esse problema que talvez eu considere um dos mais difíceis de todos, para que sejamos justos com essas pessoas, no sentido de que tenham as suas casas de volta.

O terceiro ponto que me traz a esta tribuna, na tarde de hoje, sr. presidente, é a questão de profissionalizar a nossa Defesa Civil. Nós pudemos vivenciar o ato de bravura de policiais militares, de bombeiros, do Exército, de voluntários, verdadeiros heróis anônimos que não aparecem no dia-a-dia. Foi um ato de bravura deles, sim, se meter muitas vezes em locais insospitados, para tentar ajudar o próximo. Mas com certeza temos que ter uma Defesa Civil profissional, uma Defesa Civil voltada para as catástrofes, para as tragédias, para poder lidar com esse sentimento de perda, porque muitas vezes estamos emocionalmente envolvidos e não conseguimos discernir o que tem que ser feito, o sim que tem que ser dado ou o não que tem que ser dado naquele momento.

Estou convencido disso porque pude observar nas cidades de Balneário Camboriú e Itajaí, num momento de desespero, onde a água estava subindo, batendo na altura do peito de uma pessoa com estatura normal, que muitas vezes, por mais boa vontade que o bombeiro ou o policial tivesse, colocando sua vida em risco por falta de material apropriado, eles tiveram dificuldades de socorrer essas pessoas.

Por isso é necessário e urgente dar condições de trabalho para esse profissional, quer seja da Polícia Militar, quer seja da Polícia Civil, quer seja do Corpo de Bombeiros. Enfim, é muito importante ao profissional voltado para essa área trabalhar com os acessórios adequados para que realmente possa fazer um bom trabalho.

Faço uma pergunta a todos os deputados que viveram isso: como dar comida e água para 100 mil pessoas em 24 horas? É humanamente impossível, não há logística que dê jeito em tão pouco tempo para matar a sede e a fome de 100 mil pessoas, como foi na cidade de Itajaí, em menos de 24 horas.

Vi o prefeito Volnei Morastoni em lágrimas! Vi o prefeito eleito Jandir Bellini em lágrimas, muitas vezes com aquela sensação de ter que fazer, mas como fazer?! Por isso fica aqui essa reflexão de termos, sim, profissionais voltados para a área civil que saibam lidar com tragédias desse aspecto.

Quero aqui também me solidarizar com o prefeito eleito Jandir Bellini, com a bravura do nosso vice-governador Leonel Pavan, que não arredou o pé um minuto da cidade de Itajaí para tentar ajudar toda aquela região, como também foi incansável o nosso governador Luiz Henrique, que tem dado demonstração de amor e carinho por essa terra jamais vista, desde a senadora Ideli Salvatti ao deputado federal Décio Lima, que não mediram esforços, quer seja no âmbito do governo federal, como o deputado federal Paulinho Bornhausen, enfim, todos aqueles que arregaçaram as mangas para ajudar o povo catarinense.

Por isso quero, como deputado estadual, como morador de Balneário Camboriú e como representante daquela região, agradecer a todos, agradecer à imprensa de um modo geral, principalmente ao Corpo de Bombeiros, à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Exército, que trabalharam em conjunto para diminuir a tragédia de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a eminente deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos, para falar um pouco sobre o que está acontecendo em Blumenau.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. parlamentares, apesar de ficar uma semana fora atendendo a nossa gente, eu não poderia deixar de falar, na data de hoje, sobre o que aconteceu não só em Blumenau como nas cidades circunvizinhas, porque isso vai refletir no estado de Santa Catarina e também em nosso país.

Eu vou dividir a minha fala em três pontos. O primeiro ponto é de agradecimento ao povo de Santa Catarina, de agradecimento ao presidente Lula, de agradecimento ao governador do estado, de agradecimento aos srs. parlamentares e às sras. parlamentares, de agradecimento aos funcionários desta Casa, de agradecimento ao povo do nosso Brasil que trilhou estradas para chegar mantimentos, água e dinheiro àqueles que precisavam. E eu não posso deixar de elogiar o serviço do Exército, da Aeronáutica, do Corpo de Bombeiros Militar e voluntários e de todos que no anonimato ajudaram a reconstruir um pouquinho do que há por vir ainda para ser reconstruído nas nossas cidades que foram atingidas.

Quero também falar com pesar, sr. presidente, que durante esse tempo todo da minha existência eu pensei que tinha vivido e visto tudo, mas não, o que eu vi nesses últimos dias foi muita tragédia, como nada visto no nosso país, no nosso estado, em função das enchentes que aconteceram numa cidade que foi muito atingida, na qual eu moro, que é Blumenau, maior do que nas enchentes de 1911, nas enchentes de 1978, 1983, 1984, 1989 ou de 1997.

Por isso, deputada Ada De Luca, eu fiquei imaginando e refletindo durante esse tempo todo o quanto nós somos pequenos, inoperantes e inúteis, apesar do cargo que ocupamos! E o quanto a nossa responsabilidade aumenta ainda mais, pelo fato de sermos parlamentares. É claro que fizemos a nossa parte, como qualquer um de vocês fez aqui, como o governador fez, como o presidente da República fez, mas quanto nós somos pequenos frente à tamanha tragédia que assolou as cidades do vale do Itajaí.

Por isso, deputada Ada De Luca e srs. parlamentares, eu quero dizer que este momento não é para criticar ninguém, este momento é para semear a paz, semear o amor, semear a esperança, semear o otimismo para aquela gente que mais do que a gente está sofrendo e sofreu muito durante esse tempo todo. Porque até agora nós tivemos a missão, não somente eu, todo mundo, e a responsabilidade de salvar vidas, de tirar gente da água, de tirar gente das casas, deputado Jean Kuhlmann, que estavam desmoronando, de vestir a bota, sim, de usar a nossa voz para trazer recursos para as nossas cidades.

Foi um momento de salvar vidas, mas agora nós vamos vivenciar outro momento, o momento de retorno das pessoas às suas casas, diferente das cidades circunvizinhas. São duas cidades completamente diferentes, são dois fenômenos completamente diferentes, de Itajaí, Ilhota, Luis Alves, Gaspar, Blumenau, Brusque, Benedito Novo, Timbó e todo o nosso médio vale do Itajaí.

Em Blumenau, as pessoas não têm mais para onde ir! Não existe mais o terreno, deputado Dado, não existe mais a casa, não existe mais o bairro, não existe mais nada! E não vimos essa tragédia somente sobrevoando as localidades. Nós vivenciamos, no dia-a-dia, até a data de ontem, em todos os bairros, essa tragédia que as pessoas estão passando. E não foram somente os bairros mais carentes e mais necessitados os atingidos. O centro de Blumenau, que era um lugar que nunca tinha sido atingido, agora foi. Até na região onde eu moro, na entrada da cidade, estão desmoronando casas. São vários momentos que temos que analisar.

Por isso que eu digo que o momento é de agradecer a todos que colaboraram e também de semear amor, paz, otimismo e esperança para essa gente que está sofrendo mais do que nós.

Sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, desde agosto, por isso que eu digo que é uma tragédia anunciada, está chovendo como nunca choveu no estado de Santa Catarina. Foi uma tragédia anunciada, sim! Foram muitas chuvas! Na minha cidade, por exemplo, já não ocorria mais desmoronamento em várias localidades. Por isso que no dia 22, quando eu estava ouvindo a rádio a respeito das chuvas que não paravam, eu falei para o meu esposo que iria dar enchente. Porque, deputada Ada De Luca, gato escaldado tem medo de água fria. E o rio ainda estava baixo!

No domingo de manhã, de madrugada, a desgraça começou. E começou num volume que ninguém estava preparado! Mas fizemos a nossa parte como porta-vozes da população. Saímos da nossa residência, fomos à prefeitura municipal de Blumenau, e quero fazer um agradecimento ao governador do estado e ao prefeito João Paulo Kleinübing, prestar a nossa solidariedade como cidadãos e porta-vozes do povo catarinense, para saber o que estava precisando Blumenau e as cidades circunvizinhas.

Naquele momento, Décio Lima telefonou para o presidente de República e pediu que fossem enviadas aeronaves, helicópteros, porque em Blumenau não se chegava de carro nem de barco, só por via aérea. E as aeronaves chegaram. E no mesmo momento o presidente Lula perguntou o que faltava e os ministros começaram a chegar, como os da Saúde, da Articulação, da Defesa Civil. Todos foram para Blumenau.

E, por último, na quarta-feira passada, o presidente Lula veio ao estado de Santa Catarina e sobrevoou a região. Esta deputada, o deputado Pedro Uczai, o deputado Rogério Mendonça, o deputado Décio Lima, o deputado João Matos, a Associação Comercial e Industrial de Blumenau e de Itajaí e diversas autoridades estávamos juntos com o presidente Lula para ver o que precisava do nosso estado.

O presidente Lula sobrevoou a região da tragédia e não conseguiu ir a Blumenau pela má visibilidade, mas deixou o compromisso de voltar novamente ao nosso estado e ir a Blumenau, Gaspar, Ilhota e a Itajaí para saber o que está sendo feito. Mas neste momento está na cidade de Itajaí o ministro da secretaria Especial de Portos Pedro Brito, para ver o que aconteceu naquele porto que escoou e importa toda a economia do nosso estado.

Então, sra. parlamentar e srs. parlamentares, o que aconteceu a Blumenau, às cidades do médio vale do Itajaí e à foz do rio Itajaí vai afetar todo o estado de Santa Catarina, vai afetar todo o Brasil e a nossa economia! Por isso que nós temos a responsabilidade de dar as mãos para ver o que podemos fazer. Por isso estamos criando nesta Casa um fórum de solidariedade, de reconstrução das cidades atingidas pelas enchentes e encurradas no ano de 2008, para, deputado Pedro Uczai, fiscalizar os recursos que vêm para o nosso estado para ajudar na reconstrução das nossas cidades.

Srs. deputados, ontem o governador do estado, que está trabalhando incansavelmente, chorou na reunião da Fecam e pediu aplausos ao presidente Lula e os prefeitos aplaudiram. Mas eu quero pedir aos srs. parlamentares e à sra. deputada um aplauso para o governador do estado se porventura ele tirar da pauta o Código Ambiental, para que possamos, de uma vez por todas, discuti-lo com muito mais responsabilidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrado o horário dos Partidos Políticos. Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0254, de origem governamental, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai, líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, no período da manhã, na comissão de Constituição e Justiça, nós ponderamos sobre esse projeto, porque não houve um debate sobre o seu mérito, e havíamos solicitado, com a concordância inclusive do líder do governo, o diligenciamento por parte das entidades do governo do estado, para dar resposta sobre esse projeto, mas as diligências não foram atendidas. E, pelo Regimento Interno, quando a diligência não é atendida, os projetos devem ser arquivados. Mas para que se seja dada a oportunidade de se discutir e debater o mérito do projeto, nós solicitamos que fosse permitida não a votação aqui no Plenário, mas que esse projeto retornasse às comissões de Mérito, para assim podermos discuti-lo e posteriormente deliberá-lo nesta Casa.

E assim foi feito, dando oportunidade aos líderes de todas as bancadas fazer esse encaminhamento, para que não precisemos solicitar aqui o arquivamento do projeto.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal, líder do governo.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. deputado Julio Garcia, no dia de amanhã teremos uma reunião de líderes e quem sabe possamos tratar então de estabelecer uma data para a votação, de acordo com o que estabelece a Constituição estadual com relação a esse projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feitas as ponderações do deputado Pedro Uczai e do deputado Herneus de Nadal, a Presidência consulta os srs. líderes se podemos retirar de pauta o projeto e tratarmos do seu destino amanhã, na reunião de líderes que realizaremos às 11h.

(As lideranças aquiescem.)

Estando todos os líderes de acordo, a Presidência assim procede. A matéria sai da pauta, na forma do Regimento Interno, e aguarda uma decisão dos srs. líderes amanhã.

A Presidência comunica ainda que a matéria está em pauta em função de estar com o seu prazo de tramitação vencido.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0005/2007, de origem governamental, que veda o pagamento de ajuda de custo aos servidores civis e militares estaduais integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão por ocasião da participação em cursos de qualquer natureza.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o referido projeto já teve tramitação em algumas comissões desta Casa e, sofrendo emenda nas comissões de Finanças e Tributação, retornou à de Constituição e Justiça. Como já passou o prazo de urgência, v.e.a. tem razão em puxar para o plenário o referido projeto.

Mas, na verdade, há um acordo no sentido de fazer com que o governo faça chegar a esta Casa um novo projeto de lei para tratar da matéria. Assim, eu solicito a sua retirada de pauta, com a concordância do líder do governo, sr. presidente. Isso é necessário até porque a situação como está traz prejuízo para a base da Polícia Militar de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Queria agradecer a compreensão do líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, do líder do governo, deputado Herneus de Nadal, e de v.ex.a., presidente desta Casa, por compreenderem e retirarem de votação esse projeto de lei, porque de fato ele é uma espada sobre as nossas cabeças e anda por aqui, neste Parlamento, desde o ano passado.

A nossa compreensão discutida e acordada com o líder do governo é que vamos buscar o diálogo com o Poder Executivo, com os secretários do governo e com o próprio governador, se for necessário, para termos uma solução para o mérito desse debate.

Da forma como está, traria vários prejuízos aos servidores da Segurança Pública, especialmente para os soldados, para os cabos e sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, como também para os oficiais das duas instituições.

Então, agradeço a compreensão de todos e vamos discutir isso futuramente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fruto, então, do entendimento dos srs. líderes, a matéria fica retirada de pauta.

Os próximos projetos são de declaração de utilidade pública.

Consulta os srs. líderes se podemos discutir e votar em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

A Presidência vai relacioná-los para posterior discussão e votação.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.:

● 0150/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Favo de Mel de Indaial, localizada no município de Indaial;

● 0189/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação Benfina de Futebol de Salão, de Imbituba;

● 0252/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que declara de utilidade pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil, no município de Florianópolis;

● 0260/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube Atlético Tupi, com sede no município de Gaspar;

● 0281/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar, no município de Gaspar;

● 0306/2008, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública a Associação Vida Saudável - Avisa -, com sede e foro no município de Criciúma;

● 0311/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública o Instituto Lagoa Social, com sede no município de Florianópolis;

● 0316/2008, de autoria da deputada Ada De Luca, que declara de utilidade pública a Fundação Cidadania, do município de São Bento do Sul, com emenda modificativa;

● 0317/2008, de autoria da deputada Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a Associação dos Pediatras do Hospital Florianópolis, com sede no município de Florianópolis;

● 0318/2008, de autoria da deputada Odete de Jesus, que declara de utilidade pública o Rotary Club de Florianópolis Atlântico, com sede no município de Florianópolis;

● 0321/2008, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente Frei Bruno, do município de Xaxim, com emenda modificativa;

● 0327/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Volkstanzgruppe Grünes Tal, com sede no município de Blumenau;

● 0332/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Proprietários de Terrenos do Parque Residencial Pagani, com sede no município de Palhoça;

● 0333/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Fundação Cultural Badesc, com sede no município de Florianópolis;

● 0349/2008, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, no município de Caçador, com emenda modificativa;

● 0350/2008, de autoria do deputado Luiz Eduardo Cherem, que declara de utilidade pública a Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo, com sede no município de Balneário Piçarras, com emenda modificativa;

● 0351/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o ICHH - Instituto Hering Harmônicas -, com sede no município de Blumenau;

● 0352/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública o Instituto Despertar, com sede no município de Florianópolis;

● 0353/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Plantas Medicinais, do município de Florianópolis;

● 0354/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Içara.

Os referidos projetos de lei contam com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação em turno único.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as matérias relacionadas.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, v.ex.a. falou em primeiro turno, mas é turno único.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Votação em turno único. V.Exa. tem razão.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o *caput* do art. 70 da Lei n. 6.745, de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis.

Foi apensado a este projeto o Projeto de Lei Complementar n. 0028/2008.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Votaram 25 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto

"não".

Está aprovada a matéria em primeiro

turno.

Discussão e votação em turno único do

Projeto de Resolução n. 0007/2008, de autoria

da comissão de Constituição e Justiça, que aprova

a apresentação de proposta de emenda à

Constituição Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na verdade o presente projeto de

resolução tem origem na seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, que solicita o apoio das

Assembleias Legislativas de todo o Brasil para que o Congresso Nacional vote uma emenda à

Constituição Federal incluindo o inciso IV na Constituição, para que se dê à população o direito também de

apresentar emendas à Constituição Federal, com 1% dos eleitores de cinco estados brasileiros.

Essa é a proposta que foi aprovada na comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A proposta da comissão de Constituição e

Justiça altera o inciso IV, do art. 60. A redação é a seguinte: 1% do eleitorado nacional distribuído,

pelo menos cinco estados, com 3/10% dos eleitores de cada um deles.

Essa é a alteração proposta na comissão de Constituição e Justiça, que teve origem, como disse o deputado Marcos Vieira, na OAB e tem

iniciativa da comissão de Constituição e Justiça.

Consulta os srs. líderes se podemos votar o segundo turno do Projeto de Lei

Complementar n. 0027 e, posteriormente, a redação final de todas as matérias.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância de todos os srs. líderes, assim procederemos, encerrando a

presente sessão e convocando outra, extraordinária, para as 16h24.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h24, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera o *caput* do art. 70, da Lei n. 6.745/ 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir,

encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em segundo turno e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

| | |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO ADA DE LUCA | sim |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | sim |
| DEPUTADO ANTONIO AGUIAR | |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR | sim |
| DEPUTADO CLÉSIO SALVARO | sim |
| DEPUTADO DADO CHEREM | |
| DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO | |
| DEPUTADO DARCI DE MATOS | sim |
| DEPUTADO DÉCIO GÓES | |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH | sim |
| DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) | |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO | sim |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS | sim |
| DEPUTADO GELSON MERÍSIO | sim |
| DEPUTADO GENÉSIO GOULART | |
| DEPUTADO HERNEUS DE NADAL | sim |
| DEPUTADO JAILSON LIMA | |
| DEPUTADO JANDIR BELLINI | |
| DEPUTADO JEAN KUHLMANN | sim |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI | sim |
| DEPUTADO JORGINHO MELLO | sim |
| DEPUTADO JULIO GARCIA | |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES | sim |

| | |
|------------------------------------|-----|
| DEPUTADO MANOEL MOTA | |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA | sim |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO | |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES | |
| DEPUTADO PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO PEDRO UCZAI | sim |
| DEPUTADO PROFESSOR GRANDO | |
| DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS | |
| DEPUTADO RENATO HINNIG | sim |
| DEPUTADO RENO CARAMORI | |
| DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA | |
| DEPUTADO ROMILDO TITON | |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK | sim |
| DEPUTADO VALMIR COMIN | sim |

Votaram srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em sede de segundo turno.

A Presidência, conforme entendimento dos srs. líderes, encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para às 16h26, para votação da redação final das matérias aprovadas nesta sessão.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 032ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h26, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a sessão solene em comemoração aos oito anos de fundação da Escola do Legislativo; convida para o debate com a dra. Cleo Fante.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Confirma presença no debate sobre *buylling*.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Corupá; menciona visita da comissão de Meio Ambiente a municípios atingidos pelas cheias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Reporta-se à necessidade de reforçar o turismo no verão para soerguimento da economia do estado; tece comentários sobre o novo Código Ambiental.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Expõe sua visão acerca da votação do Código Ambiental; refere-se ao Fórum Permanente de Solidariedade pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Enxurradas de 2008; agradece à imprensa a cobertura das enchentes catarinenses.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa o quadro econômico do estado pós-enchente.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a realização da Feira da Biodiversidade e da Agroecologia em Novo Horizonte; comenta a decisão do CMN de alocar recursos para as cooperativas adquirirem leite da agricultura familiar; pede a aprovação de projeto que cria o Conseleite.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Lança a campanha do Natal Solidário em prol das crianças vítimas das enchentes.

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) - Expressa sua preocupação com a próxima temporada de verão no estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Relata visita às regiões alagadas; pede o adiamento da votação do projeto do Código Ambiental.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Fala da tragédia ocorrida em Santa Catarina; reporta-se à denúncia apresentada por ex-servidora do seu gabinete.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa os episódios das enchentes no estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s.: 0150/2008; 0189/2008; 0252/2008; 0260/2008; 0281/2008; 0306/2008; 0311/2008; 0316/2008; 0317/2008; 0318/2008; 0321/2008; 0327/2008; 0332/2008; 0333/2008; 0349/2008; 0350/2008; 0351/2008; 0352/2008; 0353/2008 e 0354/2008.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0007/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, deputado prefeito Edson Dias (Piriquito), v.exa. volta a este plenário e sempre chega agitando. Mas é sempre bem-vindo, aproveitando os derradeiros dias de mandato como deputado estadual. Terá mais 17 dias, portanto, aproveite para continuar animando este plenário, sempre com a sua chegada barulhenta e contudente.

Sr. presidente, ontem à noite realizamos, neste plenário, a sessão comemorativa aos oito anos de fundação da nossa Escola do Legislativo. V.Exa., além de ter-me honrado, desde a sua posse na Presidência desta Casa, com a função de presidente da Escola do Legislativo, designou-me também para presidir aquela sessão solene na noite de ontem, que foi bastante concorrida e prestigiada, uma vez que os principais parceiros da Escola aqui estiveram: o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador João Eduardo Souza Varella; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro José Carlos Pacheco; a representação do Ministério Público de Santa Catarina, outro grande parceiro; a representação da Universidade Federal de Santa Catarina e de tantas instituições, deputado Silvio Dreveck.

Quero agradecer também o prestígio e a presença de v.exa. naquela sessão comemorativa aos oito anos da nossa Escola do Legislativo. Parte da comemoração de ontem, que seria um coquetel festivo, resolvemos suspender, deputado Silvio Dreveck, em solidariedade aos nossos irmãos vítimas dessa calamidade que se abateu sobre o nosso estado mais uma vez.

Mas penso que a sessão foi extremamente importante, deputado Elizeu Mattos, porque tivemos a oportunidade de ouvir dos parceiros da Assembléia por este estado afora os resultados positivos desses oito anos de atuação da nossa Escola aqui na Assembléia Legislativa.

Vários vereadores estiveram presentes, presidentes de associações de vereadores de diversas regiões, dando conta da importância do papel da Escola, da aproximação que a Assembléia promoveu com as Câmaras de Vereadores, com as Associações de Vereadores, com as prefeituras, com as entidades das mais diversas em Santa Catarina que tiveram oportunidade de, por intermédio da Escola, aproximar-se mais da nossa Assembléia Legislativa.

Tivemos oportunidade de lançar também, na noite de ontem, a *Revista da Escola do Legislativo*, edição n. 7, deputado Sargento Amauri Soares, na qual apresentamos um resumo das nossas atividades ao longo de 2008. E também abordamos outros temas que mereceram destaque na nossa atuação, como o seminário de acessibilidade, que é um tema extremamente sensível, moderno, necessário de um amplo debate que realizamos há poucos dias, com muita repercussão e com um número recorde de participação.

Também abordamos um tema que amanhã estará em debate, a partir das 10h, no plenarinho, que é o projeto de lei de nossa autoria que tramita nesta Casa - e eu espero que possamos votá-lo até o final deste ano - e trata da instituição de uma política estadual do combate ao *bullying*. Estará conosco - e quero reforçar aqui o convite, deputado Pedro Uczai, pois v.exa., há duas semanas, provocou-nos para que oportunizássemos a vinda dela -, a dra. Cleo Fante, amanhã, às 10h, na reunião da comissão de Educação. E posteriormente à reunião da comissão, estaremos debatendo e ouvindo a dra. Cleo Fante sobre essa proposta. E preciso informar a todos, deputado Pedro Uczai, que foi exatamente ela que nos motivou a apresentar o projeto de lei que estamos prestes a deliberar neste plenário.

Então, esse é um tema relativamente novo pelo nome, mas que trata de um problema que, aproximadamente, segundo os estudos da dra. Cleo Fante, atinge algo em torno dos 45% dos estudantes do Brasil, que são vítimas diárias do *bullying* nas escolas tanto da rede pública como particular.

E a dra. Cleo Fante vai estar aqui amanhã para debater esse tema. Já estamos com 300 inscrições, aproximadamente, e vai ser uma oportunidade ímpar para conhecermos um pouco mais desse tema e para nos sensibilizarmos a votar essa matéria ainda este ano.

Mas foi v.exa. que nos fez essa boa provocação, deputado Pedro Uczai. E amanhã, apesar do nosso calendário apertado já, vamos ter a oportunidade de debater um pouco mais sobre esse tema.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero cumprimentá-lo, deputado Joares Ponticelli, por trazer esse tema tão importante e fundamental de expor e emergir o processo educacional que vai além de uma relação entre professor e aluno na área do conhecimento. Existem valores, habilidades, subjetividades que têm produzido muitas vítimas, e os Estados Unidos devem ser um dos campeões de tantos adolescentes vingando-se, posteriormente, com violência, inclusive matando seus próprios colegas.

Parabéns pela sua iniciativa de propor esse projeto de lei aqui, e amanhã estaremos lá participando desse debate porque é um debate que define o futuro da qualidade da educação em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Inclusive, na semana passada, deputada Ada De Luca, a imprensa nacional registrou notícias de famílias de alunos que estão ingressando com ações judiciais contra as escolas por terem seus filhos sido vítimas do *bullying* sem que a comunidade escolar tivesse tomado providências com relação a essas perseguições, muitas vezes tratadas como brincadeiras de época, brincadeira de criança, mas que acabam produzindo vítimas dentro do processo escolar. Algumas têm efeito imediato, que é a criança sem vontade de ir para a escola sem que os pais conheçam as razões, que é a criança com queda no desempenho escolar; outras pior ainda, com resultados em médio e longo prazos, que são os traumas interiorizados que acabam, muitas vezes, transformando-se em verdadeiros monstros que são liberados depois conforme o caso. E, infelizmente, temos em grande volume deles não só nos Estados Unidos, mas em diversos outros países. Aqui também já existem diversos casos de reação ao *bullying* desencadeada anos depois, por conta de traumas que foram gerados por perseguições, por apelidos pejorativos, por vítimas de violência durante o processo escolar.

Então, amanhã, teremos uma grande oportunidade de conhecer os números que essa pesquisadora de renome internacional, que é a dra. Cleo Fante, levantou em anos de estudo. Deputada Ada De Luca, são impressionantes e assustadores os números de crianças e adolescentes vítimas da ação do *bullying* praticado no dia-a-dia nas nossas escolas, sem que haja, por parte da comunidade escolar, uma reação até no sentido de debater o tema. O que nós queremos, portanto, é criar uma política estadual, uma equipe multidisciplinar, para que esse assunto seja encarado com a seriedade e com a responsabilidade que tem que ser tratado.

Reitero, portanto, deputadas Ana Paula Lima, Professora Odete de Jesus e srs. deputados, o convite para que estejamos, amanhã, às 10h, no plenarinho, para ouvir essa grande especialista sobre esse tema. E espero que possamos, até o final dessa sessão legislativa, no dia 17 ou no dia 18, votar essa matéria que considero extremamente importante para o futuro da educação em Santa Catarina.

Por fim, deputado Clésio Salvaro, que a partir de agora preside esta sessão, quero registrar a presença do nosso companheiro Nardo Nesi, secretário executivo da Associação dos Municípios da Região de Laguna, a nossa região, que acompanha diversos prefeitos atuais e eleitos da nossa região da Amurel, do sul de Santa Catarina, das centenas de prefeitos que acorrem ao congresso promovido pela Fecam, com a participação da RBS e de tantos outros parceiros, para debater o futuro das administrações públicas de Santa Catarina, evento que iniciou ontem e que vai continuar até o dia de amanhã.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar o vereador Loriano Rogério Costa, do município de Corupá, bem como o vice-prefeito atual e vice-prefeito eleito, Carlos Dieter Werner, que vêm aqui acompanhar os trabalhos e trazer as necessidades, hoje, daquele município.

Aliás, no dia de hoje, a comissão de Meio Ambiente, composta pelo deputado Décio Góes, como presidente, o deputado Jean Kuhlmann e também por este deputado, esteve fazendo visita a diversas comunidades da região de Ilhota, Gaspar, Itajaí e Blumenau para conhecer de perto todas as grandes e avarias que essas últimas chuvas provocaram naqueles municípios, para isso, naturalmente, servir de subsídio para reforçar as ações da nossa comissão.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, ocupo mais uma vez esta tribuna para abordar o assunto que é falado em todo o Brasil, e especialmente em Santa Catarina, ou seja, a tragédia que ocorreu em parte do estado, principalmente no vale do Itajaí.

Há uma preocupação de todos nós, parlamentares, do governador do estado, da Presidência da República, do governo federal e do governo estadual com a população e com a moradia. Nós fazemos parte da União de Parlamentares do Mercosul, deputado Dirceu Dresch, e na semana passada vários deputados argentinos ligaram-nos porque estavam preocupados com a notícia que chegou lá no país vizinho, a Argentina.

O bloco brasileiro do Mercosul convidou alguns parlamentares para que vissem a Santa Catarina prestar a sua solidariedade e ver *in loco* a situação. E neste final de semana, na sexta-feira e no sábado, nove parlamentares argentinos, deputada Ana Paula Lima, percorreram o estado de Santa Catarina com o nosso auxílio. Na ocasião, foram recebidos por este deputado e pelos deputados Edison Andrino e Renato Hinnig, que fazem parte da direção do bloco brasileiro da UPM. Também foram recebidos pelo nosso presidente Julio Garcia e pelo governador Luiz Henrique da Silveira. E, na presença do governador, os nove deputados argentinos, sob a liderança do deputado José Luiz Scarlatto, prestaram solidariedade ao povo catarinense, colocando-se à disposição para ajudar Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique, naquele momento, disse que poderiam avisar aos argentinos que não deixassem de vir a Santa Catarina passar as suas férias aqui. O que se prega lá? A notícia, do jeito que chegou, foi de que é uma calamidade, sim, mas quem escuta a notícia lá pensa que as praias sumiram e todo o estado acabou com a catástrofe. É lógico que houve uma catástrofe, mas não podemos criar outro problema. A realidade é essa, nua e crua, e é difícil falar desse momento em que estamos enfrentando um grande problema na região de Blumenau, onde os morros ainda estão descendo. Mas, na verdade, nós precisamos dos argentinos, que são os turistas que mais visitam Santa Catarina, e queremos que eles venham a Santa Catarina para recuperar o estado e dar emprego à nossa gente. Há pessoas que se prepararam o ano todo para ter o seu emprego no verão, pois nessa época aumenta o número de empregos, isso movimenta a economia e assim teremos aumento da arrecadação para recuperarmos a infra-estrutura e toda essa área que sofreu essa tragédia.

Às vezes, quem me escuta, pensa: mas é tão frio assim? Não é que eu seja frio: é lógico que há uma preocupação nossa, mas há uma realidade que tem que ser vencida, que é a economia do estado, o emprego dessas pessoas. E temos que fazer esse trabalho para que as pessoas não deixem de visitar o nosso estado. O nosso povo é forte e vai-se recuperar em breve.

Vamos, juntamente com os deputados Renato Hinnig e Edison Andrino, à Argentina na quinta-feira participar do encontro anual da UPM - União dos Parlamentares do Mercosul. Lá estarão parlamentares da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Venezuela, do Chile, e teremos a oportunidade, em nome de Santa Catarina, a pedido também do governador e com o depoimento dos parlamentares que aqui estiveram, de convidar os turistas argentinos para virem a Santa Catarina. Prestar a solidariedade nada mais é do que passar as suas férias em Santa Catarina! Quem vier para cá ajudará a dar empregos e movimentará também a nossa economia.

Portanto, era esse o relato que eu queria fazer sobre a visita, a preocupação da nossa entidade, a UPM, e dos irmãos vizinhos que estiveram aqui prestando essa solidariedade e foram recebidos, deputado Edison Andrino, por v.exa. Na oportunidade recebemos a comitiva, como já relatei, juntamente com o deputado Renato Hinnig e o próprio governador Luiz Henrique.

Outro assunto que me traz à tribuna é o Código Ambiental - e hoje o deputado Pedro Uczai e o próprio deputado Sargento Amauri Soares falaram sobre esse assunto. Nós não podemos culpar uma coisa em função de outra coisa que não existe. O Código Ambiental não existe; nós ainda não o votamos, apenas houve a discussão e as emendas podem ser apresentadas até o dia 5. Eu estou fazendo duas emendas, uma sobre a questão de topos de morro, que não está dentro do Código Ambiental, e outra sobre a questão dos campos de altitude para adequar o que o Consema decidiu aqui em Santa Catarina, que não está adequado. E nós podemos melhorá-lo porque o projeto do Código Ambiental não é finito. Portanto, podemos fazer emendas e melhorá-lo. Houve discussão, sim, pois foram feitas dez audiências públicas! Se não foi discutido, foi porque alguém não quis discutir. Mas nós tivemos a oportunidade, em dez audiências públicas, de discutir o Código Ambiental!

Se nós estamos tentando discutir o Código Ambiental nesta Casa é para melhorá-lo e não para estragá-lo ou piorá-lo. Ninguém aqui quer fazer um código para piorar ou para desmatar, para acabar com a natureza. Nós queremos construir um código que seja uma lei clara para o estado de Santa Catarina, de acordo com o desenvolvimento sustentável. Se alguma coisa está errada, acho que nós, parlamentares, podemos fazer uma emenda, modificar, melhorar. A idéia é essa. Agora, nós temos que nos manifestar, sim, sobre o código. Acho que houve tempo, mas se for preciso mais um pouquinho de tempo, vamos ver a necessidade e dar um pouquinho mais de tempo, mas vamos discutir o Código Ambiental.

Se falta alguma coisa, se o zoneamento urbano não está no Código Ambiental e tem que entrar, vamos fazer uma emenda inserindo-o. Agora, não podemos furta-los de debater o Código Ambiental. Nós podemos, deputada Ana Paula, melhorá-lo muito, e não queremos que pensem, como já se pregou, que vamos destruí-lo.

E nós também não podemos, em hipótese alguma, fazer um discurso oportunista. Daqui a pouco já começará uma coisa que não existe, ou seja, nós sermos os culpados por tudo o que está acontecendo. Não é por aí! Daqui a pouco nós, deputados, seremos os culpados por toda a tragédia que aconteceu. E é muito triste para nós, catarinenses, vermos o que ocorreu no vale do Itajaí e Blumenau. Se há erros de anos e mais anos, vamos corrigi-los com o nosso Código Ambiental. O deputado Romildo Titon, que é o relator, está totalmente aberto para o que for necessário para melhorar o Código Ambiental.

Por isso, ocupo esta tribuna para esclarecer as coisas e colocar o trem no seu devido trilho para não passar para a sociedade algo que não é verdade.

Daqui a pouco vamos ser apedrejados por uma situação da natureza. Foi muita água mesmo, eu tenho acompanhado. A deputada Ana Paula Lima, que está em Blumenau, sabe muito bem disso, pois naquela cidade também desceram morros sequer tocados pelo homem, que sempre estiveram lá na natureza por toda sua existência.

Então, faço este registro para que fique documentado nos anais desta Casa que o Código Ambiental não é culpado de nada. Nós podemos, sim, fazer um grande Código Ambiental para o desenvolvimento sustentável.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, sr. presidente, sobre a questão do Código Ambiental, quero avisar às deputadas e aos deputados desta Casa que todos aqui querem discutir e votar o Código Ambiental. Mas o que pedimos para o governador, para os líderes que têm cadeira nesta Casa, é tempo! Tempo para ouvirmos mais pessoas, os empresários, os agricultores, a população, os ambientalistas, porque estamos vivendo em Santa Catarina um momento diferenciado. A tragédia já foi anunciada, como eu falei anteriormente no meu discurso. Nós estamos vivendo outra realidade não só em nosso estado, mas no Brasil e no planeta.

Acho que cada estado tem suas características diferenciadas. Somos a favor, sim, de o estado ter um Código Ambiental. Mas, deputado Elizeu Mattos, nós queremos discutir com mais responsabilidade, ouvir mais pessoas para que não se cometam erros futuramente.

Outra questão, sr. presidente, é que nós agora, sim, depois de aprovada por este plenário, a formação do Fórum Permanente de Solidariedade pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Enxurradas de 2008, temos a função de auxiliar as pessoas, os municípios, os governantes dessas cidades e fiscalizar o envio de verbas para que elas cheguem ao destino certo, às pessoas que mais necessitam e também para a reconstrução das vias de infra-estrutura.

O fórum foi aprovado e eu quero aqui relatar a sua composição. Os indicados são: pelo PMDB, o deputado Rogério Mendonça; pelo PP, o deputado Kennedy Nunes; pelo PT, esta deputada; pelo PSDB, o deputado Marcos Vieira; pelo DEM, o deputado Jean Kuhlmann; pelo PDT, o deputado Sargento Amauri Soares; pelo PRB, a deputada Professora Odete de Jesus; pelo PPS, o deputado Professor Grandio, e pelo PTB, o deputado Narcizo Parisotto.

Então, o fórum já está constituído e nos próximos dias chamaremos os deputados para uma reunião a fim de começarmos os trabalhos o mais rápido possível.

Também, sr. presidente, não poderia deixar de mencionar que teremos uma sessão solene, na data de amanhã, em que estaremos comemorando os 175 anos do Parlamento catarinense e os 40 anos de atividades da comunicação social desta Casa Legislativa.

Eu gostaria também de, neste momento tão especial, antecipadamente agradecer a todos os profissionais de imprensa do estado de Santa Catarina e do Brasil que deram cobertura a essas calamidades que aconteceram nos últimos dias.

Quero agradecer, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, as doações feitas no posto de arrecadação desta Casa também, através dos funcionários da Assembléia e das pessoas que moram aqui em Florianópolis e nas cidades vizinhas, para que donativos chegassem aos locais atingidos pelas águas.

Como bem mencionamos, sr. presidente, não usaremos todo o tempo. Quereria somente fazer esses comunicados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Falava anteriormente nos traumas provocados pelos desbarrancamentos na região norte catarinense, especialmente nos vales que nascem na serra Geral e desembocam no oceano Atlântico, aqui no litoral norte, e nas pessoas que infelizmente morreram - e o número pode chegar perto de 150.

Não nos recuperaremos jamais, a dor da perda permanecerá para sempre, especialmente para os familiares e amigos mais próximos. Estivemos lá, como falávamos antes, vivenciando com aquelas pessoas, com aquelas famílias, na semana passada, durante quatro dias, juntamente com a equipe de voluntárias do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina, SindSaúde, e acompanhamos de perto essa situação e os traumas.

As pessoas em geral, não só aquelas que perderam familiares e amigos, estão muito angustiadas, desesperadas até. Acredito e percebo que a vida para elas não será mais a mesma, pois a partir de agora há uma angústia diante dessa constatação, diante desse sentimento. Nós também percebemos que elas não serão mais as mesmas depois dessa tragédia, no entanto, temos a certeza de que elas serão muito melhores porque a tragédia também unifica, também cria relações de fraternidade, vizinhos que nunca se falavam agora convivem no cotidiano do mesmo abrigo, vivenciam o mesmo trauma, a mesma tragédia sendo solidários, ajudando os que precisam mais. Pessoas que perderam a casa, que perderam tudo, que saíram com a roupa do corpo estão nos abrigos ajudando os outros em situação igual.

Temos o trabalho incansável dos servidores públicos, policiais militares e civis, bombeiros militares, bombeiros voluntários, enfermeiras, técnicos em enfermagem, médicos, assistentes sociais, servidores públicos estaduais, municipais, federais, como o pessoal do Exército Brasileiro, que faz um excelente trabalho junto com a Polícia Militar naquelas comunidades.

Há comunidades que nunca haviam tido policiamento de forma organizada, de forma rotineira e as pessoas estão-se irmanando no trauma com os policiais militares, com os militares do Exército, formando comunidades com novas relações. Os bombeiros, claro, pelo número insuficiente no estado, estão lá nos desbarrancamentos tentando salvar as vidas diretamente no local dos acidentes.

Muitas pessoas do povo, servidores aposentados, servidores que estão no dia de folga, todos se apresentam para trabalhar; os meios de comunicação continuam chamando voluntários. E, estranhamente, embora tenhamos prontificado a contribuir junto com companheiros praças da reserva remunerada, com servidores da Saúde, com outros servidores públicos, com estudantes universitários - e temos feito contato com as autoridades dizendo que estamos prontos a contribuir, a sair do oeste do estado, a sair de outras regiões e ir para lá -, parece que algumas ajudas, pela desorganização ou pela diferença de conceito, não são acionadas, vamos usar essa palavra.

Ajudar nem sempre é uma tarefa fácil, pois os conceitos são diferentes, o conceito de prevenção à doença é diferente, o conceito de assistência é diferente, e nós continuamos reiterando que queremos ajudar. Todos os dias os praças aposentados ou de folga inscrevem-se, perguntam como podem fazer para ajudar. Nós estivemos lá durante quatro dias e fomos, vamos dizer assim, porque queríamos efetivamente ir, fomos lá para a ponta do sistema. Se esperássemos o chamado, mesmo sendo do voluntariado, o chamado não teria vindo, e sabemos que as pessoas precisam de ajuda lá na ponta.

Não compreendo esses comportamentos. Muito foi perdido, principalmente mais de uma centena de vidas humanas. As pessoas do povo, as pessoas pobres perderam mais, porque tinham menos para perder, mas até mesmo algumas empresas perderam. Não há nenhuma objeção a que se possa discutir até alguma isenção para aquelas empresas que foram mais afetadas, mas é preciso fazer um estudo caso a caso, verificar efetivamente o que foi afetado, para que o dinheiro público e os muitos recursos que estão vindo não deixem de ajudar uma pessoa que precisa para ser usado pelo setor econômico, que tem um grande potencial.

É evidente que muitos empresários, especialmente os pequenos e médios, perderam tudo e vivem um drama individual. Mas a economia, na sociedade em que vivemos, é assim. E o deputado Elizeu Mattos falava da frieza, mas nós vivemos numa sociedade em que a emoção se generaliza e as iniciativas econômicas se individualizam. E aquele empresário que, eventualmente, vá falir por causa dessa tragédia, não tenhamos dúvida de que outro tomará o seu lugar no mercado imediatamente.

Portanto, é preciso, sim, incentivo, é preciso, sim, investimento, e fala-se aí em quantias vultosas que vêm para Santa Catarina. Mas um mero trocado disso pagaria a Lei n. 254 inteira, da qual tanto o governo já reclamou de não ter recursos para pagar.

A nossa categoria está trabalhando de manhã à noite, 24 horas por dia, para defender a sociedade. Queríamos, também, no meio de tanta fraternidade, de tanta solidariedade e de tanta sensibilidade, a sensibilidade do governo para que não precisássemos sequer mobilizar a categoria. Porque neste momento isso ainda está impossível de fazer, porque a metade dos nossos companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros está na região atingida, especialmente no vale do Itajaí e na foz do rio Itajaí.

Tenho pontos importantes, fundamentais de discordância daqueles que dizem que é uma tragédia, que agora o estado vai perecer, porque a economia não se recupera mais. Não é verdade! A perda de receita, em Santa Catarina, só vai acontecer agora, no mês de novembro próximo passado, e não chega ao final do ano. Ainda antes do Natal a economia começa a se recuperar, porque nós estamos numa sociedade capitalista, deputado Dirceu Dresch, e no capitalismo o azar de muitos é a alegria de alguns.

Sim, muita gente vai ficar muito mais rica do que era por causa dessa tragédia. Isso é frio, mas essa é a realidade da sociedade capitalista. A microempresa que falir vai ser suplantada por uma grande empresa, talvez de outra região, mas que se implantará na região atingida. Se 80% da cidade de Itajaí ficou submersa pelas águas, imaginemos quantos eletrodomésticos terão que ser comprados! Mesmo que apenas um terço dessa população tenha condições de comprá-los agora, outros serão ajudados pela solidariedade de parentes de outras cidades. As lojas não vão conseguir fechar neste Natal nem para que os funcionários comecem a data de tanta gente procurando eletrodomésticos para comprar.

E aqui se fala em perda de receita. Essa perda de receita não demora 15 dias para ter uma reversão. É preciso que se analise isso, porque esta sociedade não é uma sociedade de fraternidade, da comunhão, é uma sociedade em que quem puder produzir mais vai vender mais nos próximos dias, porque a população vai precisar comprar mais. Essa é a realidade que estará valendo nas próximas semanas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, daqui a pouco vamos ter uma reunião com lideranças do ministério da Justiça, pois no ano que vem vai ser realizada a Conferência Nacional de Segurança Pública e nós vamos discutir a realização da conferência nas maiores cidades de Santa Catarina.

Mas eu quero aqui registrar um grande evento que aconteceu na última sexta-feira, sábado e domingo, na grande cidade de Novo Horizonte, próxima a São Lourenço do Oeste, que foi a Feira da Biodiversidade e da Agroecologia, organizada por um conjunto de entidades. Foi uma feira muito bonita, com a presença extraordinária de mais ou menos mil pessoas, que durante três dias participaram de debates, de seminários, de visitas a propriedades que na sua produção já respeitam o meio ambiente, a biodiversidade e que produzem de forma sustentável.

Isso nos deixa muito contente e muito animado! Já temos muitas experiências exitosas e muitos agricultores convencidos da necessidade da preservação ambiental, do cuidado com o meio ambiente, do cuidado com a biodiversidade, cuidados tão importantes para a produção de alimentos, para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Então, queremos parabenizar toda a coordenação da feira, que foi muito bem organizada, pois mesmo com a participação de um grande número de pessoas, de comunidades do interior, tudo funcionou muito bem. Tenho certeza de que a cada ano essa feira vai-se transformando num grande sucesso em termos de visita, de experiências de que de fato é possível avançar e organizar a nossa agricultura familiar.

Mas quero registrar também que, na última quarta-feira, o Conselho Monetário Nacional aprovou um conjunto de recursos para as cooperativas poderem adquirir a produção de leite da agricultura familiar de todo o país. Além do aumento do volume de recursos por cooperativa, também foi negociado um volume de recursos para as cooperativas e as entidades de todo o Brasil comprarem e estocarem leite da agricultura familiar. Mais uma ação muito importante do governo federal, do governo Lula, que intervém no processo produtivo, pois além de aprovar mais recursos, também estipula um preço mínimo do leite para as empresas e cooperativas que vão receber esse recurso público. O preço mínimo é de R\$ 0,47 por litro de leite para o agricultor, ou seja, esse é o mínimo que as empresas devem pagar quando buscam esse recurso público e recebem esse financiamento.

Sr. presidente e srs. deputados, isso é muito importante e, inclusive, está em tramitação e deve ir à votação, na próxima terça-feira, o projeto de lei, de nossa autoria, que institui, deputado Décio Góes, a Política Estadual da Produção de Leite e também o Conselho Estadual da Produção de Leite, o Conleite. E é justamente quando o governo libera recursos públicos, recursos da sociedade, recursos oriundos de impostos, que tem que haver o compromisso social também por parte dessas empresas.

Então, nessa distribuição de recursos do governo federal feita na semana passada há a vinculação de um compromisso das empresas de pagarem o preço mínimo estabelecido aos produtores, na oportunidade em que tiverem acesso aos recursos do governo federal, recursos públicos.

Dessa forma, nós estamos pedindo aos parlamentares da comissão de Constituição e Justiça que de fato participem e votem a favor desse projeto tão importante, que institui, aqui em Santa Catarina, a Política Estadual da Produção de Leite, que fixa as diretrizes, os objetivos, o público prioritário e que cria, como já falei, o Conselho Estadual da Produção de Leite.

Sr. presidente, nós queremos deixar aqui o registro da nossa satisfação ao ver mais um passo dado pelo governo federal em direção à intervenção na cadeia produtiva do leite. Esperamos que isso cause de fato um impacto positivo, pois os agricultores estão esperando o reajuste dos preços dos produtos, já que tivemos no estado um aumento na produção, o que acabou causando um impacto negativo nos preços, preocupando bastante o setor da nossa agricultura familiar.

Queremos deixar aqui um grande abraço a todos os companheiros de Novo Horizonte e de todo o estado, que estiveram nessa grande feira, e aos agricultores que tiveram mais essa conquista de liberação dos recursos para amenizar um pouco o problema dos preços dos produtos.

Muito obrigado, sr. presidente. Para o momento, era isso o que tínhamos.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é a sra. deputada Ada De Luca, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Aleesc Digital, nosso estado vive uma tragédia sem precedentes. As histórias de perda, de dor e de desespero se multiplicam a cada dia, enquanto não cessam os esforços para salvar vidas e reconstruir. O que se destaca neste cenário de luto e de destruição é a força para recomeçar e a solidariedade do nosso povo.

E esse é o retrato do povo catarinense.

Quero agradecer a todos os que estenderam a mão para ajudar, doando roupas, comida, água e todo tipo de mantimento para as famílias vítimas das fortes chuvas.

Até o momento, a campanha promovida por esta Casa, através da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher já encaminhou para o Parque da Marejada, em Itajaí, e para Ilhota mais de 20 toneladas em doações, que ainda continuam chegando.

Muito obrigada! Em pouco tempo a sociedade respondeu prontamente aos apelos que fizemos nesta tribuna.

Mas o trabalho não pára por aqui: vamos continuar com o posto de arrecadação instalado no hall da Assembléia Legislativa. Aproveite, inclusive, para passar a relação do que está sendo considerado mais urgente: produtos de higiene pessoal, material de limpeza, produtos infantis e roupas de cama. A lista dos principais produtos que estão em falta nos 13 municípios em estado de calamidade pública inclui sabonete; escova de dente; creme dental; papel higiênico; cotonete; xampu; pente; toalha de rosto; absorvente; fralda geriátrica; vassoura; rodo; pano de chão; balde; sabão em pó; água sanitária; saco de lixo; fralda infantil; bico; mamadeira; vela; fósforo; colchão; travesseiro; cobertor; prato e copo de plástico, afora lonas plásticas.

É importante focarmos nossas contribuições!

Mas, senhoras e senhores, no último domingo comovi-me, não como parlamentar, mas como cidadã brasileira, assistindo a um telejornal, quando um pai, desolado com a tragédia, abraçou a filha de apenas oito anos e disse 'Este vai ser o nosso Natal', referindo-se ao abrigo onde está morando com outras famílias. Ao lado, outra criança, também de uns oito anos, fitava-o com olhinhos opacos, sem brilho nenhum e acompanhava tudo com tristeza.

Aquela menina, assim como milhares de outras crianças que estão nos abrigos, já não tem mais o quintal de casa para brincar e muito menos brinquedos. A chuva e a lama levaram tudo. Essas crianças perderam, sim, seus brinquedos, mas não perderam os sonhos e continuam esperando a chegada do Papai Noel!

As crianças sentem as perdas familiares, percebem o ambiente de tristeza, mas não têm noção total de uma tragédia. Não sabem que um porto deixou de operar, que fábricas estão paradas, que há milhares de desabrigados... Tudo isso está muito distante do seu imaginário. Elas continuam esperando o Natal!

A essas crianças, que em meio à catástrofe continuam sonhando, estou dando início a uma campanha para arrecadação de brinquedos novos e embalados. Sei que todos os anos esta Casa se mobiliza, por iniciativa do cabo Andrade, em função de uma coleta de brinquedos para o Natal de crianças carentes. E convidado o cabo Andrade e todos os servidores desta Casa, todos os deputados, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Aleesc Digital, a participarmos juntos, para conseguirmos levar um pouco de alegria não só para as crianças, mas para os pais, que também ficarão felizes.

Vamos fazer o maior 'Natal Solidário' da história! No momento em que vivemos a maior catástrofe da história de Santa Catarina e que estamos com mais de 78 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas, apelo ao sentimento humanitário para a doação de brinquedos novos e já embalados, se possível.

Se cada um de nós, deputados, funcionários e telespectadores, fizer um pacotinho e trouxer, quantas daquelas crianças terão pelo menos um motivo para rir na noite de Natal. E nós, que não fomos atingidos por essa desgraça, estaremos não tranquilos, mas com o sentimento de um mínimo de participação do Natal daquelas crianças.

A Campanha Solidária continuará a receber outros produtos, mas a partir de agora também peça uma boneca, um jogo educativo, uma bola, um carrinho, um livro de histórias, que provavelmente serão os únicos presentes de Natal daquelas crianças. Assim como as doações recebidas até agora, os presentes também serão encaminhados para as áreas atingidas, em nome de todos os catarinenses.

A idéia é esta: traga também um brinquedo novo e faça uma criança sorrir neste Natal!"

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Edson Dias (Piriquito), por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ada De Luca, radiouvintes da Rádio Aleesc Digital, pessoas que nos assistem através da TVAL e toda população catarinense, minha saudação.

Há muito tempo não me pronuncio desta tribuna, desde o momento em que pedi licença para poder cumprir a minha etapa de uma batalha, de uma missão, na cidade onde resido, que é a cidade de Balneário Camboriú.

Agora, retomando os trabalhos aqui na Assembléia, deparamo-nos com uma situação calamitosa que trouxe transtornos de profunda e tremenda proporção. Esses momentos que agora vivemos devem ser alvo de reflexões de toda ordem.

Todas as autoridades constituídas nos municípios, no estado e na união têm que definir e avaliar qual será o comportamento a ser adotado.

Vejo vários deputados manifestando-se a respeito, o que é muito nobre. Parabenizo a deputada Ada De Luca pela campanha que tem feito! É desse tipo de pessoa que precisamos. V.Exa. está de parabéns e merece todo o nosso reconhecimento.

O momento de solidariedade tem que ser reconhecido como necessário. As pessoas que, por vontade própria, acabam agindo dessa forma merecem também todo o nosso respeito. O momento de solidariedade faz-se necessário e pessoas simples, humildes, da nossa comunidade, que foram atingidas, dirigiram-se aos postos de arrecadação para fazer a triagem das mercadorias doadas por catarinenses, por brasileiros e até estrangeiros. Pessoas que foram atingidas estenderam a mão a outras também atingidas. Trabalharam muito também aquelas pessoas que têm responsabilidade pelo conjunto social, estando instituídas de poder ou não.

Essa parte da solidariedade é muito interessante e deve continuar; essa atenção às pessoas atingidas, àquelas que perderam suas casas, seus móveis, seus terrenos, suas mobílias, àquelas que conseguiram retornar as suas casas e àquelas que não conseguiram retornar e que ainda estão nos mais diversos abrigos, numa condição de flageladas, deve continuar, porque todos merecem a nossa solidariedade, o nosso respeito. Creio que o poder público constituído e toda a comunidade organizada devem, sim, manter a sua atenção especial a essas pessoas.

Mas, ao mesmo tempo, temos que fazer uma reflexão que nos pede serenidade para saber o que realmente aconteceu na questão ambiental, se a tragédia foi ou não provocada pelo homem, para saber se foi apenas uma questão isolada, localizada, se foi uma fatalidade ou se foi consequência de ações perpetradas ao longo de muitos anos. Isso deve ser alvo de discursos, isso deve ser alvo de muito debate.

Agora, quero dizer a vocês que, num momento próximo, sabendo da responsabilidade que temos de dar atenção às pessoas atingidas, devemos pensar no futuro do estado de Santa Catarina. E preocupo-me muito com o futuro do estado catarinense, no momento em que avistamos uma crise na economia mundial; preocupo-me muito no momento em que está sendo vendida a imagem de que o estado de Santa Catarina está totalmente prejudicado devido aos alagamentos.

Lamentamos profundamente aquilo que aconteceu; como já disse, solidarizamo-nos e queremos estender a nossa mão aos que necessitam. Agora, temos que pensar no futuro do nosso estado e não há como pensar numa saída se não houver uma avaliação de como se dará a questão econômica do estado daqui a um, três, quatro, cinco, seis meses, haja vista que estamos num momento que passa pela formação de todo um capital financeiro que seria o sustentáculo do período da baixa temporada. Estamos às portas da alta temporada de verão, às portas do Natal, às portas do Ano Novo e anunciamos, deputado Décio Góes, o cancelamento da vinda de turistas para todo o estado de Santa Catarina, em função de que as notícias, avassaladoras como o foram, passam a percepção de que o nosso estado foi varrido do mapa, o que não é verdade.

Precisamos nós, homens públicos, que temos a responsabilidade de dar a nossa atenção às pessoas flageladas, pensar no futuro do estado catarinense. E falo agora, aqui, em especial, de Balneário Camboriú, cidade que sofreu muito com as águas, com as cheias, mas que teve três bairros atingidos, o bairro dos Municípios, o bairro Vila Real e o bairro late Clube, e neles entre 90% e 95% das casas foram atingidas. Esses bairros já passam por momentos de recuperação e merecem a atenção do poder público na reconstrução das casas, na recuperação da ordem e da segurança do convívio da vida familiar das pessoas que lá vivem e que necessitam do apoio.

Agora, a cidade como um todo não foi atingida, nenhum tipo de equipamento turístico sofreu qualquer dano. Dessa forma, não há por que termos uma baixa na procura por cidade que é um grande destino turístico: Balneário Camboriú.

Então, faz-se necessário que Santa Catarina, através da secretaria de Turismo, através da Santur e em conjunto com os municípios atingidos, faça um grande esforço em prol da temporada, pensando que temos essa vocação turística, pensando que se a temporada não for boa em Balneário Camboriú e nas demais cidades, vamos sofrer muito no período da baixa temporada. A falta desses recursos que poderão deixar de entrar na rede hoteleira, na rede gastronômica, na rede comercial dessas cidades poderá fazer com que na baixa temporada haja um grande desemprego, com todos os danos dele decorrentes.

Então, faz-se necessário que todos nós sejamos solidários na recuperação, sim; é necessário, deputado Décio Góes, como conversava há pouco com v. exa., que avaliemos como é que será distribuído o R\$ 1,6 bilhão anunciado pelo presidente Lula, a fim de que chegue diretamente às localidades atingidas; mas é necessário que, ao mesmo tempo, possamos trabalhar na reorganização, na propaganda, na divulgação deste belo estado de Santa Catarina, pensando no seu futuro, no futuro do nosso povo, da nossa gente. Precisamos, sim, ter essa percepção, deputada Professora Odete de Jesus; precisamos, sim, estender as nossas mãos às pessoas atingidas pela tragédia; precisamos, sim, estender nossas mãos ao estado catarinense.

Hoje não se discute o partido A, B, C, D ou E! Esta Casa é eclética e formada por 40 representantes dos mais diversos pontos, dos mais diversos recantos deste maravilhoso estado. Agora, precisamos unir-nos para que venhamos a fazer uma ação conjunta de divulgação de como anda o estado de Santa Catarina. Vamos receber ajuda, vamos ajudar, vamos reconstruir as cidades atingidas, mas não vamos perder a oportunidade de fazer uma boa temporada turística de verão, que já está às portas, para que não venhamos a amargar, no futuro, um prejuízo financeiro muito grande, uma vez que muitas cidades catarinenses dependem economicamente do desenvolvimento do turismo.

Assim, fica aqui a minha mensagem e o meu pedido de apoio a todos os srs. deputados e à própria Casa, que sempre participou ativamente da vida dos catarinenses, para que participem da reconstrução da imagem de Santa Catarina, da reconstrução deste estado belo e maravilhoso. Que possamos mostrar agora as cidades que estão aptas, sim, a receber os turistas; que possamos mostrar que estamos livres de qualquer mal que se possa abater sobre aqueles que venham visitar-nos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, inscrito para falar o deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, srs. telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, hoje pela manhã, a comissão de Turismo e Meio Ambiente, representada por este deputado, que é o seu presidente, pelo deputado Serafim Venzon e pelo deputado Cesar Souza Júnior, sobrevoou as áreas atingidas pelas chuvas, pelos desmoronamentos no vale do Itajaí, mais precisamente o sistema do Morro do Baú, uma área considerada área vermelha, onde o acesso por terra não é permitido. E ali pôde, sobrevoando aquela área, observar um cenário extremamente desolador, um cenário de destruição, de sofrimento, com casas e plantações completamente destruídas, com animais mortos, estradas destruídas, rios fazendo outros caminhos em função dos deslizamentos.

Na verdade, ocorreu um grande conjunto de deslizamentos que impressiona, pois o barro caiu sobre as casas, sobre as construções, sobre as propriedades. E chamou-nos a atenção a composição dos morros, deputado Dagomar Carneiro, nosso presidente, que é de areão, com uma fina camada de terra vegetal, mas que, com a infiltração da água, despencaram fazendo várias manchas sobre eles, morros esses tão bonitos originalmente.

Assim sendo, a comissão de Turismo e Meio Ambiente não poderia deixar de ir lá prestar solidariedade a toda a população atingida e também verificar *in loco* essa situação, para, posteriormente, de posse dos relatórios que vão surgir de toda essa situação, encaminhar melhorias na legislação que permitam prevenir situações semelhantes no futuro.

Descemos na comunidade de Braço do Baú, conversamos com várias pessoas que ainda estavam ali na comunidade, cada uma com a sua história de destruição, de perda de entes queridos, muitas perderam três, quatro pessoas da família, perderam propriedades, plantações, enfim, perderam alguma coisa. Mas todas estão enfrentando a situação com muita coragem, com muita energia, com muita esperança, e isso nos sensibilizou muito e emocionou-nos tremendamente.

Então, eu queria agradecer a toda a coordenação-geral de operações aéreas da Polícia Militar e da Defesa Civil, mais precisamente ao tenente-coronel Milton Kern, e em nome dele toda a equipe que está lá e que nos recebeu maravilhosamente bem. Cerca de 20 aeronaves, com aproximadamente 90 homens, estão sob o seu comando. Eles chegaram a resgatar 1.231 vítimas e distribuíram 31 toneladas de alimentos. Enfim, estão fazendo um trabalho impressionante de resgatar vidas, de dar apoio, de abrigar, de dar alimentos àquelas pessoas, de trabalhar na prevenção de doenças e de ajudar na desobstrução. É um trabalho fantástico que a Defesa Civil capitaneia junto com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, com o Exército Brasileiro, com o Samu, com voluntários, inclusive com policiais de diversos estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Então, eu queria agradecer, em nome de todos os catarinenses, o trabalho que essa coordenação de operações aéreas da Polícia Militar e Defesa Civil está fazendo naquela área vermelha, à qual não deve existir, no momento, acesso terrestre. E quero estender esse agradecimento a todos os demais que estão atuando nas diversas áreas daquela região que foi duramente atingida pelas cheias, pelos deslizamentos.

Mas eu quero dizer também que recebi, no aeroporto de Navegantes, um grupo liderado pela sra. Maria Isabel Pinheiro Sandri, que é presidente do comitê da bacia do rio Itajaí, que está fazendo um apelo para que seja retirado o regime de urgência e estabelecido um trâmite normal ao projeto de lei do Código Ambiental que tramita nesta Casa.

Tenho recebido várias manifestações da sociedade civil nesse sentido, deputada Odete de Jesus, porque esta Casa tem muito a contribuir para melhorar esse projeto. A Assembléia pode escutar os técnicos, inteirar-se dos estudos científicos que estão sendo feitos para aprimorar e pode estabelecer critérios que separem as grandes propriedades das pequenas propriedades, que merecem, sim, uma atenção especial. Esta Casa pode instituir a compensação por serviços ambientais aos pequenos produtores rurais que preservam as suas áreas e com isso garantem a nossa água, garantem o nosso equilíbrio ambiental. Eles merecem ser compensados por esse serviço. Esta Casa pode dar um tratamento diferenciado para as áreas já consolidadas e depois remeter para um acordo que possa regularizar paulatinamente. Esta Casa pode, de posse dos relatórios a respeito de tudo o que aconteceu em nosso estado, da calamidade a que ficamos sujeitos, juntar todos esses relatórios e incluir neles novos itens que possam prevenir Santa Catarina de passar novamente por esse sofrimento que estamos passando neste momento.

Então, faço um apelo aos demais presidentes de comissão e também aos nossos líderes, em nome de todos os pedidos que temos recebido, no sentido de reavaliarmos o nosso calendário, para que possamos, nos próximos 90, 120 dias, decidir e encontrar com calma, com tranquilidade, com isenção o caminho para o verdadeiro equilíbrio entre produzir e preservar, a fim de podermos elaborar, com esses conceitos, o melhor Código Ambiental para Santa Catarina, para que possamos também preservar e prevenir o nosso estado de calamidades como esta que estamos sofrendo neste momento.

Assim sendo, sr. presidente, agradeço por esta oportunidade.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, eminente deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada, amadas taquígrafas e população catarinense, eu estava muito atenta aos pronunciamentos dos meus nobres colegas parlamentares.

Quero deixar registrado também nos anais desta Casa que hoje, pela manhã, eu estive no aeroporto para buscar, com muita honra, o bispo Jerônimo Alves, que veio representar o bispo Macedo, o qual trouxe para o nosso estado várias carretas com uma quantidade bem grande de alimentos que foram arrecadados em muitos estados. Porque, diga-se de passagem, os estados brasileiros nos estão ajudando muito. Eu até comentei com o bispo que todos os produtos deveriam ser entregues à Defesa Civil, que está distribuindo com muita precisão água, alimentos, materiais de limpeza, agasalhos e assim por diante.

Eu voltarei a este tema numa próxima oportunidade, mas quero dizer que todos nós estamos muito mobilizados na ajuda a esses flagelados das enchentes de Santa Catarina. A Assembléia Legislativa está exercendo um papel fundamental na coleta, na arrecadação de alimentos. Todos os 40 deputados e a nossa comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, sob a presidência da deputada Ada De Luca, estão fazendo um belo trabalho; da mesma forma o presidente Julio Garcia, que se colocou à disposição; o presidente Luiz Inácio da Silva; o governador Luiz Henrique da Silveira; a senadora Ideli Salvatti e o senador Raimundo Colombo. Enfim, todas as autoridades catarinenses estão mobilizadas, como também todos os voluntários.

Mas, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, circula por esta Casa e por várias coordenadorias, até na Coordenadoria de Saúde, nos gabinetes de v.exas., um manifesto, uma carta-denúncia de uma ex-funcionária do meu gabinete. Ela é ex-funcionária, quer dizer, então, que já foi exonerada. Ela coloca esta deputada em grande constrangimento.

Eu quero dizer a v.exas. que os meus três mandatos parlamentares e a minha história de vida me fazem condenar e dar descrédito aos fatos colocados naquela infeliz carta.

Torno a pedir a v.exas. que me perdoem, mas eu deixarei aberta essa carta, já entreguei cópia ao presidente Julio Garcia, que a colocará para apreciação do colegiado de procuradores desta Casa.

Quero dizer também, srs. deputados, que essa carta traz alguns fatos mentirosos, fantasiosos, enganosos e maldosos. Minha vida simples se pauta pelos bons valores éticos e morais e eu não vou cansar de defendê-los, uma vez que o que foi feito deve ser tratado com veemência e ser contraposto imediatamente, para que não parem dúvidas quanto à minha imagem e não denigra a minha vida.

As medidas judiciais já estão sendo tomadas e estou tranqüila quanto aos fatos. Trata-se de uma ex-funcionária tentando obter vantagens de cargos e até uma remuneração razoavelmente boa, e para isso não mede consequências. E ela está visitando todos os gabinetes tentando manchar a honra desta deputada.

Quero dizer para v.exas. que sou voluntária de um trabalho social sério, limpo e transparente e sempre fui na minha vida, ao longo da minha história como professora em vários municípios por onde passei, íntegra e limpa. Lecionei em colégios com 80 professores e saí desses lugares sempre com a cabeça erguida. A minha trajetória profissional como professora é muito honrada e limpa, graças a Deus. Nunca fiz chantagem com ex-patrões, nunca peguei a lata do lixo para jogar na cabeça do patrão para ter vantagem financeira. Mas nós teremos, então, que dar umas investigadas para saber se há alguns antecedentes criminais de ambas as partes, desta deputada e da ex-funcionária.

Srs. deputados, sou uma mulher pronta para enfrentar desertos, trajetórias difíceis, estou preparada para passar dentro da fornalha, do fogo. Quero dizer que já houve outros episódios desses nesta Casa, no meu primeiro mandato, ocasião em que a minha foto saiu na primeira página do jornal *O Estado* com acusações falsas. Entrei em um processo e ganhei, em primeira instância, daquele sr. Santana, da Construtora Santana.

Outro episódio, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, foi o da venda de bebidas alcoólicas nas escolas. Eu fui a única que votei contra. O Ministério Público me mandou uma carta elogiosa e a minha foto passava nos jornais diariamente. Os deputados que não gostaram entraram com uma representação na Comissão de Ética para cassar o mandato desta deputada. Mas graças a Deus de uma volta por cima, estou muito fortalecida e pronta para sair daqui, deputado Serafim Venzon, pois isso é café pequeno, mais fortalecida ainda.

Um abraço a todos e voltarei com esse tema em outra oportunidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, prezados catarinenses que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, Santa Catarina passa por um grande processo, por uma grande provação, que foi alvo do gesto de solidariedade de inúmeras pessoas. E todos, a começar pelo governo do estado, de pronto, debaixo de chuva, de carro, de avião, de trator, de helicóptero, com os meios que dispunha, estiveram presentes e à frente, juntamente com os prefeitos, com as Câmaras de Vereadores, vestindo o colete da Defesa Civil, mostrando não só solidariedade, como também ação. Se não era possível resolver e se não era possível amenizar naquele instante todos os efeitos da enchente, pelo menos levar o consolo, o conforto de um ombro amigo foi o que conseguimos fazer através das prefeituras e do governo do estado.

Nesse sentido, parabenizamos o governador Luiz Henrique, o vice-governador Leonel Pavan e muitos parlamentares que estiveram à frente para garantir o primeiro atendimento a todas as vítimas dessa grande catástrofe. O primeiro passo era dar abrigo, comida e água, suprir as necessidades de sobrevivência, e isso todos receberam apesar da chuva e apesar da obstrução das estradas.

A segunda fase seria a desobstrução, a retirada das barreiras das estradas e as religações de água e de energia elétrica, para permitir que voltassem as suas casas aqueles que não tiveram as suas residências avariadas, mas que estavam impedidos de ficar no seu conforto por várias razões.

Nessa enchente, deputado Décio Góes, como v.exa. viu na visita que fizemos aos municípios de Itajaí, Ilhota, Gaspar, Blumenau e Luis Alves, a grande característica, além dos alagamentos que tivemos nos municípios que margeiam o rio Itajaí-Açu, foram os desmoronamentos, certamente causados por um prolongado período de chuvas. Foram mais de 60 dias de chuva continuada e ainda mais uns três meses de chuvas interrompidas, o que fez com que o solo nunca chegasse a secar.

Nós podemos dizer que tivemos pelo menos seis meses altamente molhados, e nos últimos 60 dias, aí sim, tivemos chuvas ininterruptas. Ao final, mais algumas precipitações pluviométricas intensificadas evidentemente causaram esses desmoronamentos que pegaram de surpresa um grande número de famílias.

Eu cheguei a ver barreiras, deslizamentos que nunca havia visto antes e nem imaginava, pois normalmente a barreira, deputado Décio Góes, cai da montanha, vem até o ponto mais baixo e ali pára ou entra no rio. Mas nos vimos uma barreira no Morro do Baú que desceu mais de 500m, 600m, pela montanha com uma quantidade enorme, um volume enorme de barro, árvores e pedras. Aquele grande volume atravessou o rio e atingiu uma família que estava no outro lado da margem, no morro, a 50m, 60m acima do nível do rio, tamanho foi o volume da barreira que veio abaixo no complexo do Morro do Baú, onde milhares de barreiras se somaram e transformaram aquele vale num barreiro só.

Então, a grande característica dessa enchente foram exatamente as barreiras que pegaram de surpresa muita gente que estava no vale do rio Itajaí-Açu, onde as pessoas já estavam adaptadas, digamos assim, a se defender da elevação do nível da água. Não estavam preparadas para enfrentar a barreira que não se sabe de onde vem ou onde começa. Na imaginação delas, mesmo que caíssem algumas barreiras das montanhas, elas iriam parar bem antes de suas casas pela distância que havia e pelos morros que não têm tanto aclive, que não são tão em pé. Ou seja, no Morro do Baú, o complexo do Baú, assim como em diversos outros municípios, os deslizamentos foram a grande característica da enchente, fizeram o grande estrago e deixaram um grande número de desalojados e, pior, mais de 116 mortos e mais de 20 desaparecidos. Certamente esses desaparecidos, como vimos lá no Braço do Baú e conforme a imprensa noticia, devem estar soterrados. O marido de uma senhora desaparecida, o pai e o tio de duas crianças também desaparecidas já estão aguardando com o caixão para sepultá-los quando foram encontrados, porque eles têm certeza de que estão soterrados. Infelizmente, um grande número de desaparecidos é encontrado de uma forma que não gostaríamos. Queríamos encontrá-los com vida!

Então, como dizia, esse grande número de mortes se deu, sem dúvida nenhuma, pela quantidade enorme de desmoronamentos. Assim foi em todas as cidades. Em Brusque, a minha cidade e a do deputado Dagomar Carneiro, tivemos 1.511 barreiras, grandes e pequenas, que obstruíram estradas - somente barreiras que obstruíram estradas. Mas graças ao apoio muito grande da secretaria de Obras, do engenheiro Roberto Bonomini, o Betinho, que comandou uma grande frota de máquinas, retroescavadeiras, tratores, caminhões, coordenado pela Defesa Civil, praticamente já foram retiradas senão todas as barreiras, mas praticamente todos os brusquenses já conseguiram chegar às suas casas; mesmo em meia-pista, já estão em suas casas.

Além dessas mais de 1.500 barreiras, tivemos ainda de 560 a 580 barreiras que caíram atrás de um grande número de casas; dessas, mais de 200 foram danificadas, algumas caíram na hora, outras não estão em condições de ser habitadas, pois houve um grande estrago.

Portanto, a grande característica dessa enchente foram, sem dúvida nenhuma, os deslizamentos que causaram os grandes estragos. De forma que se fizemos bem a primeira e a segunda fases, agora vem a terceira, que é a fase da reconstrução, a fase de encontrar o lugar bom, mais seguro para enfrentar o próximo evento parecido com esse que, se Deus quiser, está distante, mas poderá ocorrer.

Muito obrigado

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) -

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 96ª Sessão Ordinária: discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0769/2008 e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0149/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 248, de 03/12/2008

Altera o art. 2º do Ato da Mesa nº 204, de 2 de março de 2006.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Mesa nº 204, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O pagamento dos serviços a que se refere o art. 1º deste Ato será efetuado observando-se o seguinte:

I - o serviço extraordinário será autorizado pelo Diretor Geral ante a convocação do servidor pelo respectivo Diretor, o qual apresentará justificativa de sua conveniência;

II - cada convocação para serviço extraordinário compreenderá o mínimo de uma hora e o máximo de três horas;

III - o número de convocações para prestação de serviço extraordinário não poderá ultrapassar o limite de cento e vinte por semestre;

IV - a remuneração do serviço extraordinário é fixada em quatro por cento do valor do nível 20 da tabela de vencimentos do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, conforme estabelecido no Anexo I da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, por convocação.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Presidente da Assembléia Legislativa poderá autorizar convocações para prestação de serviço extraordinário acima do limite previsto na alínea “c” deste artigo, ante justificativa do Diretor Geral.” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 249, de 03/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2206/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

FAZER CESSAR a partir de 27 de novembro de 2008, os efeitos do Ato da Mesa nº 032, de 01/02/2007, que colocou à disposição da Câmara Municipal de Florianópolis, o servidor **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 250, de 03/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assistente de Direção, código PL/FC-4, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Diretoria Administrativa e de Tecnologia).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 251, de 03/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Consultoria Legislativa).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2008

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APROXIMADAMENTE 126 BEBEDOUROS ELÉTRICOS.

DATA: 15/12/2008 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 15 de dezembro de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 03 de dezembro de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria nº 2014/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, licitação modalidade Pregão nº 048/2008, referente à contratação de empresa especializada para manutenção de condicionadores de ar de janela tipo split, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: AS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS (TECNOCLIMA)

Valor do Último lance: R\$ 5.000,00

Florianópolis, 03 de dezembro de 2008.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 174/2008

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 024/2008, celebrado em 03/12/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: SCHURMANN DESENVOLVIMENTO E PESQUISA LTDA.

OBJETO: Contratação da empresa Schurmann Desenvolvimento e Pesquisa Ltda., para que, através do senhor Vilfredo Schurmann

(economista e navegador), ministre a palestra com o tema "Navegando com Sucesso". Referida palestra terá uma duração aproximada de 1h30min de exposição acrescida de outros 30 (trinta) minutos para questionamento do público. VALOR GLOBAL: R\$ 20.245,07

DATA: 12 de dezembro de 2008.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais), Item Orçamentário 3.3.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, incisos II, III e § 1º da Lei 8.666/93 e Processo Licitatório nº 00102/2008-LIC

Florianópolis, 03 de dezembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 398/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO BENTO DO SUL ESCOLA GIRASSOL

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2008

Ofício 080/08

Exmo. Sr. Julio Cesar Garcia

DD. Presidente da assembleia Legislativa

Prezado Senhor:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul, encaminha a Vossa Senhoria balancete contábil referente ao ano de 2007, devidamente registrado conforme solicitado através do Ofício DL/1278/2008 a fim de cumprir com o disposto no art. 3º, inciso IV da Lei nº 14.182/2007.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para enviar votos de elevada estima e consideração.

Ivo Pankewicz

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 399/08

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Ofício nº 078/2008

Maracajá, 28 de novembro de 2008

A Sua Excelência o Senhor

JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS - SC

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste encaminhar relação de documentos para manutenção do status de Utilidade Pública Estadual desta associação, atendendo a Lei nº 14.182/2007 de 1º de novembro de 2007.

Confiante no acatamento que Vossa Excelência dispensará a esta solicitação, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ANTENOR ROCHA

Presidente APAE Maracajá

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 400/08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF.TC/GAP-18032/2008

Florianópolis, 28 de novembro de 2008

Exmo. Sr.

Deputado Estadual Júlio César Garcia

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o relatório da Auditoria do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina, relativa ao período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2008 (encerramento da IV Etapa), realizada por equipe de auditoria deste Tribunal de Contas.

O relatório é resultado do Convênio de Cooperação Técnica, mantido entre o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Controladoria Geral da União, cujo objeto consiste na realização de trabalhos de auditoria nas contas do Programa co-financiado pelo BID, em execução sob a responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina.

Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelências expressões de consideração e apreço.

Conselheiro JOSÉ CARLOS PACHECO

Presidente do TCE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2068, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NEIVA PASTURINA XAVIER**

FARIA MACHADO, matrícula nº 5862, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputada Professora Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2069, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2222/08,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MARILIDIA COSTA**, matrícula nº 2129, fazendo constar como sendo **MARILIDIA COSTA AMARAL**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório do Registro Civil de Biguaçu - SC.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2070, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2233/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA APARECIDA ROSA ECKERT**, matrícula nº 2191, por 10 (dez) dias, a contar de 25/11/2008.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2071, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

| MATR | NOME DO SERVIDOR | QDE DIAS | INÍCIO EM | PROC. nº |
|------|---------------------------------|----------|-----------|----------|
| 1529 | Maria da Graça Cardoso | 30 | 24/11/08 | 2231/08 |
| 0323 | Maria do Rocio Barreto da Silva | 37 | 25/11/08 | 2230/08 |
| 1437 | Iwana Lucia Lentz | 30 | 30/11/08 | 2234/08 |
| 1134 | Maria Luiza Brasil | 30 | 01/12/08 | 2229/08 |
| 1596 | Paulo da Silva Pacheco | 30 | 02/12/08 | 2232/08 |

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2072, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

| Matr | Nome do servidor | Período Aquisitivo | | Processo nº |
|------|-------------------------------|--------------------|----------|-------------|
| | | Quinquênio | | |
| 0783 | Martim Afonso Palma de Haro | 01/08/03 | 31/07/08 | 1925/08 |
| 4251 | Rosana Bunn Zacchi | 30/11/01 | 29/11/06 | 1928/08 |
| 0388 | Odair Machado de França | 11/10/03 | 10/10/08 | 1960/08 |
| 1604 | Liana Juk Coutinho | 26/10/03 | 25/10/08 | 1961/08 |
| 0975 | Andre Luiz Pacheco Furtado | 22/10/03 | 21/10/08 | 1964/08 |
| 2787 | Walmir de Oliveira Matos | 23/12/98 | 22/12/03 | 1966/08 |
| 0882 | Alexandre Pantaleão Athanasio | 16/10/03 | 15/10/08 | 2101/08 |

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2073, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

| Matr | Nome do servidor | Período Aquisitivo | | Processo nº |
|------|---------------------------------|--------------------|----------|-------------|
| | | Quinquênio | | |
| 1389 | Maria Celeste Ferreira Monteiro | 01/11/03 | 31/10/08 | 2102/08 |
| 1555 | Ana Maria Alves | 03/11/03 | 02/11/08 | 2103/08 |
| 2957 | Lino José Damiani Destro | 01/08/91 | 31/07/96 | 2055/08 |
| 2957 | Lino José Damiani Destro | 01/08/96 | 31/07/01 | 2055/08 |
| 2957 | Lino José Damiani Destro | 01/08/01 | 31/07/06 | 2055/08 |

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2074, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|---------------------------|------|------------|-------|----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| Adilor Guglielmi | 3237 | 3% | 12% | 06/10/08 | 3237/08 |
| Evandro Carlos dos Santos | 3748 | 3% | 6% | 01/10/08 | 2105/08 |
| Lino Jose Damiani Destro | 2957 | 3% | 21% | 05/04/06 | 2062/08 |
| Lino Jose Damiani Destro | 2957 | 3% | 24% | 31/07/07 | 2062/08 |
| Walmir de Oliveira Matos | 2787 | 3% | 33% | 05/04/06 | 1965/08 |
| Walmir de Oliveira Matos | 2787 | 3% | 36% | 05/04/08 | 1965/08 |

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2075, de 03/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

| Nome servidor | Matr | Percentual | | Vigência | Processo nº |
|---|------|------------|-------|----------|-------------|
| | | Concedido | Total | | |
| Cassio Giovani Turra | 4729 | 3% | 3% | 17/10/08 | 1959/08 |
| Arlete da Silva | 4186 | 3% | 3% | 01/11/08 | 2132/08 |
| Ines Wollinger da Conceição | 4027 | 3% | 3% | 01/10/08 | 2059/08 |
| Ilce Maria Graebin | 4018 | 3% | 3% | 01/11/08 | 2060/08 |
| Paulo Roberto da Silva Neroci da Silva Raupp Diretor Geral | 5567 | 3% | 3% | 12/11/08 | 2098/08 |

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 370/08

Reconhece a utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de São Carlos e Águas de Chapecó, com sede no município de São Carlos.

Art. 1º - Fica reconhecida a utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de São Carlos e Águas de Chapecó, com sede no município de São Carlos.

Art. 2º - A entidade beneficiária ficam assegurados os direitos decorrentes da legislação afim.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Herneus de Nadal
Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

JUSTIFICATIVA:

A entidade em destaque tem prestado relevantes serviços às comunidades de São Carlos, Águas de Chapecó e demais municípios circunvizinhos, conforme se pode aferir uma breve análise da documentação acostada, razão pela qual, a exemplo do comprovado reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de sua instrução acompanham o presente projeto a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 371/08

Altera a Lei nº 8.659, de 8 de junho de 1992, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Toxicômanos, de Joinville.

Art. 1º A Lei nº 8.659, de 8 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Essência de Vida, com sede no município de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Essência de Vida, com sede no município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que busca alterar a Lei nº 8.659, de 8 de junho de 1992, que declarou de utilidade pública a Associação de Assistência aos Toxicômanos (AAT), com sede no município de Joinville, em face da mudança de sua denominação para "Associação Essência de Vida", conforme verificado em alteração estatutária, bem como adequar a redação à Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 372/08

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Badenfurt, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Badenfurt, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

JUSTIFICATIVA

O Clube de Caça e Tiro Badenfurt, que pretende ser reconhecido de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Blumenau e é uma entidade sem fins lucrativos cuja finalidade é promover a preservação e defesa do patrimônio histórico e artístico da cultura e do folclore da colonização alemã daquele Município; visa, também, proporcionar a seus associados atividades desportivas amadoras, entre as quais a prática de bolão, tiro e demais promoções sociais de natureza recreativa, mantendo intercâmbio social, cultural e esportivo com entidades congêneres.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 373/08

Declara de utilidade pública a Comunhão Martim Lutero, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comunhão Martim Lutero, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

JUSTIFICATIVA

A Comunhão Martim Lutero, associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no município de Blumenau, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Blumenau e tem como objetivo precípuo fortalecer o apoio às comunidades na formação, no envio e na manutenção de obreiros em campos de ação missionária e diaconal, apoiar entidades de caráter social, educacional, atividades de lazer e beneficente, desenvolver, promover e gerenciar projetos e atividades ligados a cursos e treinamentos, bem como aulas de música e atividades culturais, dentre outras.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 374/08

Dispõe sobre a obrigatoriedade das receitas e solicitação de exames prescritos por médicos, dentistas e veterinários serem datilografados ou digitados no computador e impressos.

Art. 1º As receitas prescritas por médicos, dentistas e veterinários bem como os pedidos de exame deverão ser datilografadas ou digitadas no computador e impressos pelo responsável no momento da consulta, acompanhados de sua assinatura e carimbo, nos hospitais públicos e privados, ambulatórios, clínicas e consultórios médicos, odontológicos e veterinários públicos e particulares no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Nos casos de atendimento emergencial externo, fica o profissional isento do atendimento ao disposto no *caput*, devendo prescrever a receita com letra de forma.

Art. 2º As unidades hospitalares públicas receberão do Poder Público equipamentos adequados para a elaboração das receitas e solicitação de exames, conforme dispõe a presente Lei.

Art. 3º O não-cumprimento desta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 500 reais; e

III - interdição parcial ou total do estabelecimento de saúde infrator;

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias, definindo, no decreto, o órgão fiscalizador.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição vem na esteira de outros Parlamentos estaduais brasileiros que agiram na tentativa de evitar mal-entendidos na análise das receitas e exames de saúde solicitados por médicos, dentistas e veterinários. Infelizmente, por diversos motivos, erros e equívocos são cometidos por quem tenta "desbravar" as mal traçadas linhas de alguns desses profissionais da saúde.

Corriqueiramente, há erros de interpretação das receitas e dos exames, tendo em vista a quase indecifrável caligrafia da maior parte desses médicos, dentistas e veterinários.

Muitas vezes, um médico não consegue sequer entender o que seus colegas de profissão escrevem.

Como nem todos nasceram com dons premonitórios, acreditamos que tal proposição será útil para toda a população, evitando-se, com isso, que muitos pacientes tomem "novatropina" por "novalgina". O primeiro, um antiespasmódico e antiemético e o segundo, um conhecido antitérmico.

Pelo exposto, peço e espero o apoio de meus Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PL/0149.0/2007**

Autoriza o Poder Executivo a instituir programa de assistência psicológica aos servidores que atuam na segurança pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa de assistência psicológica aos servidores civis e militares integrantes dos órgãos de segurança pública, do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O programa autorizado nos termos desta Lei, tem por finalidade:

I - submeter os servidores civis e militares dos órgãos de segurança pública à consulta e avaliação psicológica periódica;

II - acompanhar a condição psicológica dos servidores civis e militares do Estado para o exercício de funções de segurança pública; e

III - assegurar o tratamento psicológico demandado pelos servidores civis e militares para o bom exercício e/ou desempenho das funções de segurança pública.

Art. 3º Semestralmente, o Estado submeterá seus servidores civis e militares, vinculados aos órgãos de segurança pública, a uma avaliação psicológica junto a profissional registrado no Conselho Regional de Psicologia e credenciado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º É dever do servidor submeter-se ao acompanhamento semestral e ao tratamento psicológico sempre que o profissional consultado concluir pela sua necessidade, assim como, é dever do Estado custear e fiscalizar o respectivo acompanhamento e/ou tratamento.

Art. 5º Toda vez que o laudo de avaliação psicológica concluir pela necessidade de afastamento do servidor de suas funções, este afastamento far-se-á com remuneração integral correspondente a última que o servidor tenha percebido no efetivo exercício do cargo, inclusive, assegurando-se a ele todos os direitos previstos na Lei nº 12.568, de 17 de fevereiro de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003.

Art. 6º Sempre que o servidor público estadual, civil ou militar, participar de tarefa, missão ou ocorrência cujo resultado implique em perda de vidas humanas ou grave comoção de alguma das partes envolvidas, necessariamente, ele será submetido à avaliação psicológica do programa instituído por esta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas, no orçamento vigente, em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual, no que couber, autorizado a regulamentar o programa de assistência psicológica aos servidores civis e militares integrantes dos órgãos de segurança pública, do Estado de Santa Catarina, autorizado por esta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 03 de dezembro de 2008

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 03/12/08

PROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão 05/12/08

À Comissão de Redação de Leis

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 149/2007

Autoriza o Poder Executivo a instituir programa de assistência psicológica aos servidores que atuam na segurança pública do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa de assistência psicológica aos servidores civis e militares integrantes dos órgãos de segurança pública, do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O programa autorizado nos termos desta Lei, tem por finalidade:

- I - submeter os servidores civis e militares dos órgãos de segurança pública à consulta e avaliação psicológica periódica;
- II - acompanhar a condição psicológica dos servidores civis e militares do Estado para o exercício de funções de segurança pública; e
- III - assegurar o tratamento psicológico demandado pelos servidores civis e militares para o bom exercício e/ou desempenho das funções de segurança pública.

Art. 3º Semestralmente, o Estado submeterá seus servidores civis e militares, vinculados aos órgãos de segurança pública, a uma avaliação psicológica junto a profissional registrado no Conselho Regional de Psicologia e credenciado pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º É dever do servidor submeter-se ao acompanhamento semestral e ao tratamento psicológico sempre que o profissional consultado concluir pela sua necessidade, assim como, é dever do Estado custear e fiscalizar o respectivo acompanhamento e/ou tratamento.

Art. 5º Toda vez que o laudo de avaliação psicológica concluir pela necessidade de afastamento do servidor de suas funções, este afastamento far-se-á com remuneração integral correspondente a última que o servidor tenha percebido no efetivo exercício do cargo, inclusive, assegurando-se a ele todos os direitos previstos na Lei nº 12.568, de 17 de fevereiro de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003.

Art. 6º Sempre que o servidor público estadual, civil ou militar, participar de tarefa, missão ou ocorrência cujo resultado implique em perda de vidas humanas ou grave comoção de alguma das partes envolvidas, necessariamente, ele será submetido à avaliação psicológica do programa instituído por esta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas, no orçamento vigente, em favor da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual, no que couber, autorizado a regulamentar o programa de assistência psicológica aos servidores civis e militares integrantes dos órgãos de segurança pública, do Estado de Santa Catarina, autorizado por esta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

| | |
|-----------|--|
| 26000 | SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA Social, Trabalho e Habitação |
| 26022 | COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COHAB |
| Atividade | Moradia Urbana - SDR - Araranguá |
| Código | 26022.16.482.0540.0054 P 003491 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL |
| 4.4. | Investimentos |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas |

2008 SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de dezembro de

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 150/08

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Favo de Mel de Indaial.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Favo de Mel de Indaial, com sede e foro no Município e Comarca de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 189/08

Declara de utilidade pública a Associação Benfca de Futebol de Salão, de Imbituba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Benfca de Futebol de Salão, com sede no Município de Imbituba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA A REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 225/2008

Altera a tabela do art. 1º do Projeto de Lei nº 225/2008

Na tabela do art. 1º do Projeto de Lei nº 225/2008, onde se lê:

4.5.90.66.00 (0640) Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 318.294,01

Leia-se:

4.5.90.66.00 (0640) Concessão de Empréstimos e Financiamentos
..... R\$ 318.294,01

SALA DAS COMISSÕES, em, 03 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 225/08

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.501.424,01 (um milhão, quinhentos e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e um centavo), em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

| | | | | |
|--------------|--------|---|-----|------------|
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 43.212,34 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Joaçaba | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 003882 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 2.880,82 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Concórdia | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 003803 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 129.636,94 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Seara | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003670 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 77.782,18 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Laguna | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 003907 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 72.596,72 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Araranguá | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 003773 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 37.450,66 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Joaçaba | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003564 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 77.782,18 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Concórdia | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003518 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 31.689,06 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Seara | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 004085 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 2.880,82 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Laguna | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003590 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 8.066,28 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Grande Florianópolis | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 003817 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 3.102,42 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Grande Florianópolis | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003537 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 77.560,58 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Brusque | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003494 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 80.663,00 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Criciúma | | |
| Código | | 26022.16.481.0540.0055 P 003809 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |
| 4.4.90 | | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) | Obras e Instalações | R\$ | 80.884,60 |
| Atividade | | Moradia Urbana - SDR - Criciúma | | |
| Código | | 26022.16.482.0540.0054 P 003520 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | Investimentos | | |

| | | | |
|--------------|---|-----|------------|
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0640) Obras e Instalações | R\$ | 80.441,40 |
| Atividade | Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - COHAB | | |
| Código | 26022.04.122.0900.0002 P 001538 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | Investimentos | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.52.00 | (0640) Equipamentos e Material Permanente | R\$ | 376.500,00 |
| 4.5.90.66.00 | (0640) Concessão de Empréstimos e Financiamentos..... | R\$ | 318.294,01 |

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

| | | | |
|--------------|--|-----|--------------|
| 26000 | SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO | | |
| 26022 | COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COHAB | | |
| Atividade | Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - COHAB | | |
| Código | 26022.04.122.0900.0002 A 001538 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | Outras Despesas Correntes | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.91.00 | (0640) Sentenças Judiciais | R\$ | 1.501.424,01 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 03 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 252/08

Declara de utilidade pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de novembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 260/08

Declara de utilidade pública o Clube Atlético Tupi, com sede no Município de Gaspar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube Atlético Tupi, com sede no Município de Gaspar.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 281/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar, no Município de Gaspar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar, com sede no Município de Gaspar.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 306/08

Declara de utilidade pública a AVISA - Associação Vida Saudável, com sede no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AVISA - Associação Vida Saudável, constituída sob forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CGC sob o nº 08.911.606/0001-90, fundada em 1º de maio de 2007, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 311/08

Declara de utilidade pública o Instituto Lagoa Social, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Lagoa Social, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0316.7/2008

O Projeto de Lei nº PL/0316.7/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Fundação Cidadania, do município de São Bento do Sul"

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cidadania, com sede no município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon - Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 02/12/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 316/08

Declara de utilidade pública a Fundação Cidadania, do Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cidadania, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 317/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Pediatras do Hospital Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pediatras do Hospital Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 318/08

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Florianópolis Atlântico, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Florianópolis Atlântico, com sede no Município de Florianópolis.

01000

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

01001

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0321.4/2008

O Projeto de Lei nº PL/0321.4/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente Frei Bruno, do município de Xaxim"

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente Frei Bruno, com sede no município de Xaxim."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon - Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 02/12/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 321/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente Frei Bruno, do Município de Xaxim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente Frei Bruno, com sede no Município de Xaxim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA A REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 323/2008

Na tabela do art. 2º do projeto de Lei nº 323/2008, onde se lê:

Atividade Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Joaçaba

Atividade ampliação e Regionalização das Atividades turísticas - SDR - São Joaquim

Leia-se:

Atividade Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Campos Novos

..... Atividade Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Palmitos

SALA DAS COMISSÕES, em 03 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 323/08

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Assembléia Legislativa do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

| | | | |
|--|---|--|------------------|
| Atividade | Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - Alesc | | |
| Código | 01 031 0960.0231 A 001369 | | |
| Produto | Serviço Contratado | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ 897.435,90 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.90. | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.52.00 | (0262) | Equipamentos e Material Permanente | R\$ 1.000.000,00 |
| 02000 | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO | | |
| 02001 | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO | | |
| Atividade | Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - TCE | | |
| Código | 01 032 0920.0416 A 001858 | | |
| Produto | Unidade Gestora Mantida | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.1. | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | |
| 3.1.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.1.90.11.00 | (0262) | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | R\$ 666.666,67 |
| 03000 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO | | |
| 03001 | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO | | |
| Atividade | Administração de Recursos Humanos - TJ | | |
| Código | 02 122 0930.0422 A 006777 | | |
| Produto | Servidor | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.46.00 | (0262) | Auxílio - Alimentação | R\$ 3.794.871,79 |
| 04000 | MINISTÉRIO PÚBLICO | | |
| 04001 | MINISTÉRIO PÚBLICO | | |
| Atividade | Ministério Público de Primeiro Grau - MP | | |
| Código | 03 091 0950.0239 A 006538 | | |
| Produto | Manifestação Exarada | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.93.00 | (0262) | Indenizações e Restituições | R\$ 1.589.743,59 |
| 45000 | SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO | | |
| 45022 | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA | | |
| Atividade | Aquisição de Software Aplicativo - UDESC | | |
| Código | 04 126 0220.0085 A 004862 | | |
| Produto | Software Contratado | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ 1.051.282,05 |
| Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada: | | | |
| 60000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAPIRANGA | | |
| 60001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAPIRANGA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Itapiranga | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007563 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ 40.000,00 |
| 3.3.60. | Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | |
| 3.3.60.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ 10.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Itapiranga | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007676 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ 20.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Itapiranga | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007774 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 20.000,00 |
| 61000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - QUILOMBO | | |
| 61001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - QUILOMBO | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Quilombo | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007568 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 40.000,00 |

| | | | |
|--------------|---|--------------------------|---------------|
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Quilombo | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007686 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 40.000,00 |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 16.000,00 |
| 62000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SEARA | | |
| 62001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SEARA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - SEARA | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007571 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ 50.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 70.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - SEARA | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007690 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 70.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - SEARA | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007796 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 15.000,00 |
| 63000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TAIÓ | | |
| 63001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TAIÓ | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Taió | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007572 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ 40.000,00 |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 20.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Taió | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007694 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 32.000,00 |
| 66000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TIMBÓ | | |
| 66001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TIMBÓ | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Timbó | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007573 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 15.000,00 |
| 4.4.60. | Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | |
| 4.4.60.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ 30.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Timbó | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007699 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ 60.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 50.000,00 |
| 4.4.60. | Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | |
| 4.4.60.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ 30.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Timbó | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007798 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ 30.000,00 |
| 67000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BRAÇO DO NORTE | | |
| 67001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BRAÇO DO NORTE | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Braço do Norte | | |

| | | | |
|--------------|--|-----|-----------|
| Código | 27 813 0650.0053 A 007547 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 33.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 50.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Braço do Norte | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007663 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 50.000,00 |
| 70000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO MIGUEL D'OESTE | | |
| 70001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO MIGUEL D'OESTE | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - São Miguel D'Oeste | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007495 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 20.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - São Miguel D'Oeste | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007626 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 20.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - São Miguel D'Oeste | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007759 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 20.000,00 |
| 71000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MARAVILHA | | |
| 71001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MARAVILHA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Maravilha | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007566 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 20.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Maravilha | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007683 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 40.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 60.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Maravilha | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007780 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 35.000,00 |
| 72000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO LOURENÇO DO OESTE | | |
| 72001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO LOURENÇO DO OESTE | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - São Lourenço do Oeste | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007570 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 30.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - São Lourenço do Oeste | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007689 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |

| | | | | |
|--------------|--------|---|-----|------------|
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 30.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - São Lourenço do Oeste | | |
| Código | | 13 392 0660.0051 A 007793 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 30.000,00 |
| 3.3.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ | 2.000,00 |
| 73000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CHAPECÓ | | |
| 73001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CHAPECÓ | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Chapecó | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007468 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 150.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Chapecó | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007580 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 152.000,00 |
| 74000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - XANXERÊ | | |
| 74001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - XANXERÊ | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Xanxerê | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007546 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 100.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Xanxerê | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007662 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 84.000,00 |
| 75000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONCÓRDIA | | |
| 75001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONCÓRDIA | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Concórdia | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007479 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 50.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Concórdia | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007600 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 74.000,00 |
| 76000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOAÇABA | | |
| 76001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOAÇABA | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Joaçaba | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007482 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.30.00 | (0262) | Material de Consumo | R\$ | 50.000,00 |
| 3.3.90.39.00 | (0262) | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 80.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Joaçaba | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007617 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 100.000,00 |
| 3.3.90. | | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 40.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Joaçaba | | |
| Código | | 13 392 0660.0051 A 007748 | | |

| | | | |
|--------------|---|-----|------------|
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 27.000,00 |
| 77000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAMPOS NOVOS | | |
| 77001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAMPOS NOVOS | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Campos Novos | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007476 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 20.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 40.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Campos Novos | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007596 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 40.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Campos Novos | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007722 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 40.000,00 |
| 78000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VIDEIRA | | |
| 78001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VIDEIRA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Videira | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007545 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 38.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Videira | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007660 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 100.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| 79000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAÇADOR | | |
| 79001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAÇADOR | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Caçador | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007475 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Caçador | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007593 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 60.000,00 |
| 80000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CURITIBANOS | | |
| 80001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CURITIBANOS | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Curitiba | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007480 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 70.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Curitiba | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007602 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 32.000,00 |
| 81000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - RIO DO SUL | | |

| | | | |
|--------------|---|-----|------------|
| 81001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - RIO DO SUL | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Rio do Sul | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007486 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 20.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 20.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Rio do Sul | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007625 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 30.000,00 |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 20.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 17.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Rio do Sul | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007754 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.39.00 | (0262) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | R\$ | 20.000,00 |
| 82000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITUPORANGA | | |
| 82001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITUPORANGA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Ituporanga | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007565 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Ituporanga | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007778 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.90. | Aplicações Diretas | | |
| 4.4.90.51.00 | (0262) Obras e Instalações | R\$ | 27.000,00 |
| 83000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - IBIRAMA | | |
| 83001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - IBIRAMA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Ibirama | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007562 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.90. | Aplicações Diretas | | |
| 3.3.90.30.00 | (0262) Material de Consumo | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Ibirama | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007668 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 34.000,00 |
| 84000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU | | |
| 84001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Blumenau | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007467 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 150.000,00 |
| 3.3.60. | Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | |
| 3.3.60.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Blumenau | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007579 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 110.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Blumenau | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007705 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |

| | | | | |
|--------------|--------|---|-----|------------|
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 49.000,00 |
| 85000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BRUSQUE | | |
| 85001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BRUSQUE | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Brusque | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007591 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Brusque | | |
| Código | | 13 392 0660.0051 A 007720 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 162.000,00 |
| 86000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAJAÍ | | |
| 86001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAJAÍ | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Itajaí | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007471 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 150.000,00 |
| 3.3.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ | 150.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 150.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Itajaí | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007582 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) | Subvenções Sociais | R\$ | 113.000,00 |
| 87000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS | | |
| 87001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Grande Florianópolis | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007465 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 150.000,00 |
| 3.3.60. | | Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | |
| 3.3.60.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Grande Florianópolis | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007575 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 200.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Grande Florianópolis | | |
| Código | | 13 392 0660.0051 A 007702 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 71.000,00 |
| 88000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGUNA | | |
| 88001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGUNA | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Laguna | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007483 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 40.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 43.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Laguna | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007623 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 40.000,00 |
| 89000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TUBARÃO | | |

| | | | |
|--------------|--|-----|------------|
| 89001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TUBARÃO | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Tubarão | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007544 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 80.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Tubarão | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007652 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 58.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 80.000,00 |
| 90000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CRICIÚMA | | |
| 90001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CRICIÚMA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Criciúma | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007469 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 80.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Criciúma | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007581 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 90.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 90.000,00 |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 20.000,00 |
| 91000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ARARANGUÁ | | |
| 91001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ARARANGUÁ | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Araranguá | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007473 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 3.3.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 3.3.50.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 40.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Araranguá | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007589 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 50.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 80.000,00 |
| 92000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOINVILLE | | |
| 92001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOINVILLE | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Joinville | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007466 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 200.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 400.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Joinville | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007578 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 150.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |

| | | | | |
|--------------|--------|---|-----|------------|
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 115.000,00 |
| 93000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JARAGUÁ DO SUL | | |
| 93001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JARAGUÁ DO SUL | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Jaraguá do Sul | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007481 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 80.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Jaraguá do Sul | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007614 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 70.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| 94000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MAFRA | | |
| 94001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MAFRA | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Mafra | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007484 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 90.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Mafra | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007624 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 90.000,00 |
| 4.4.60. | | Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | | |
| 4.4.60.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 80.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - Mafra | | |
| Código | | 13 392 0660.0051 A 007752 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 65.000,00 |
| 95000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CANOINHAS | | |
| 95001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CANOINHAS | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Canoinhas | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007478 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 40.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 50.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Canoinhas | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007597 | | |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 50.000,00 |
| 4.4.50. | | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 32.000,00 |
| 96000 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES | | |
| 96001 | | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES | | |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Lages | | |
| Código | | 27 813 0650.0053 A 007472 | | |
| 3. | | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) | Contribuições | R\$ | 47.000,00 |
| 4. | | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) | Auxílios | R\$ | 90.000,00 |
| Atividade | | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Lages | | |
| Código | | 27 695 0640.0052 A 007587 | | |

| | | | |
|--------------|---|-----|------------|
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 80.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 100.000,00 |
| 97000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO JOAQUIM | | |
| 97001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO JOAQUIM | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - São Joaquim | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007569 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 23.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - São Joaquim | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007687 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 40.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Culturais - SDR - São Joaquim | | |
| Código | 13 392 0660.0051 A 007792 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.43.00 | (0262) Subvenções Sociais | R\$ | 40.000,00 |
| 98000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PALMITOS | | |
| 98001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PALMITOS | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Palmitos | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007567 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 30.000,00 |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 40.000,00 |
| 4.4.50. | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | | |
| 4.4.50.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 29.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Palmitos | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007684 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 40.000,00 |
| 99000 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - DIONÍSIO CERQUEIRA | | |
| 99001 | SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - DIONÍSIO CERQUEIRA | | |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Esportivas - SDR - Dionísio Cerqueira | | |
| Código | 27 813 0650.0053 A 007548 | | |
| 4. | DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 4.4. | INVESTIMENTOS | | |
| 4.4.40. | Transferências a Municípios | | |
| 4.4.40.42.00 | (0262) Auxílios | R\$ | 70.000,00 |
| Atividade | Ampliação e Regionalização das Atividades Turísticas - SDR - Dionísio Cerqueira | | |
| Código | 27 695 0640.0052 A 007666 | | |
| 3. | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3. | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3.3.40. | Transferências a Municípios | | |
| 3.3.40.41.00 | (0262) Contribuições | R\$ | 30.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de dezembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 327/08

Declara de utilidade pública o Volkstanzgruppe Grünes Tal, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Volkstanzgruppe Grünes Tal, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 332/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Proprietários de Terrenos do Parque Residencial Pagani, com sede no Município de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Proprietários de Terrenos do Parque Residencial Pagani, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 333/08

Declara de utilidade pública a Fundação Cultural BADESC, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cultural BADESC, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0349.5/2008

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0349.54/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, com sede no município de Caçador."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon - Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em sessão de 02/12/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 349/08

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, no Município de Caçador.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, com sede no Município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0350.9/2008

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0350.9/2008 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo, com sede no município de Balneário Piçarras"

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo, com sede no município de Balneário Piçarras."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 02/12/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 350/08

Declara de utilidade pública a Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo, com sede no Município de Balneário Piçarras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Terapêutica Sítio Caminho Novo, com sede no Município de Balneário Piçarras.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 351/08

Declara de utilidade pública o ICHH - Instituto Cultural Hering Harmônicas, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o ICHH - Instituto Cultural Hering Harmônicas, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 352/08

Declara de utilidade pública o Instituto Despertar, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Despertar, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 353/08

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Plantas Medicinais, do Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense de Plantas Medicinais, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 354/08

Declara de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Içara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Estudantes Universitários de Içara, com sede no Município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR NºS PLC/0027.7/2008 e PLC/0028.8/2008

Os Projetos de Lei Complementar nºs PLC/0027.7/2008 e PLC/0028.8/2008 passam a ter a seguinte redação:

"Altera dispositivos da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e dá outras providências"

Art. 1º O *caput* do art. 28, os arts. 29 e 62 e o *caput* do art. 70 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. Vencido o prazo de licença previsto no art. 70 desta Lei, fica assegurado à funcionária lactante, sem qualquer prejuízo, o direito de ausentar-se do serviço pelo espaço de até duas horas por dia, dependendo da carga horária a que estiver sujeita, por até sessenta dias. (NR)

(...)

Art. 29. Sem prejuízo dos seus direitos, o funcionário poderá faltar ao serviço oito dias consecutivos por motivo do seu casamento ou falecimento do cônjuge ou pessoa com quem viva e parentes até segundo grau. (NR)

Art. 62 (...)

X - paternidade. (NR)

(...)

Art. 70. à funcionária gestante é assegurada, mediante inspeção médica, licença com remuneração, pelo prazo de cento e oitenta dias. (NR)

(...).

Art. 2º Ficam acrescidos ao Título IV, Capítulo I, Seção V, da Lei nº 6.745/85, a Subseção XI e o art. 80-A, com a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO XI

DA LICENÇA-PATERNIDADE

Art. 80-A. Ao funcionário público, mediante comprovação da certidão de nascimento do filho, é assegurada licença-paternidade, sem prejuízo de remuneração, pelo prazo de trinta dias."

Art. 3º A gestante que na data da publicação desta Lei Complementar encontrar-se licenciada em razão do disposto no art. 70 da Lei nº 6.745, de 1985, terá direito à continuidade da licença até o limite temporal de cento e oitenta dias."

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio - Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/12/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/12/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 027/2008

Altera dispositivos da Lei nº 6.745, de 1985, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 28, os arts. 29 e 62 e o *caput* do art. 70 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. Vencido o prazo de licença previsto no art. 70 desta Lei, fica assegurado à funcionária lactante, sem qualquer prejuízo, o direito de ausentar-se do serviço pelo espaço de até duas horas por dia, dependendo da carga horária a que estiver sujeita, por até sessenta dias. (NR)

Art. 29. Sem prejuízo dos seus direitos, o funcionário poderá faltar ao serviço oito dias consecutivos por motivo do seu casamento ou falecimento do cônjuge ou pessoa com quem viva e parentes até segundo grau. (NR)

Art. 62.

X - paternidade. (NR)

Art. 70. A funcionária gestante é assegurada, mediante inspeção médica, licença com remuneração, pelo prazo de cento e oitenta dias. (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos ao Título IV, Capítulo I, Seção V, da Lei nº 6.745, de 1985, a Subseção XI e o art. 80-A, com a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO XI

DA LICENÇA-PATERNIDADE

Art. 80 -A. Ao funcionário público, mediante comprovação da certidão de nascimento do filho, é assegurada licença-paternidade, sem prejuízo de remuneração, pelo prazo de trinta dias."

Art. 3º A gestante que na data da publicação desta Lei Complementar encontrar-se licenciada em razão do disposto no art. 70 da Lei nº 6.745, de 1985, terá direito à continuidade da licença até o limite temporal de cento e oitenta dias.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 007/08

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal.

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, da Proposta de Emenda Constitucional constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal.

Art. 1º Acrescenta o inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 60.

IV - de um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com três décimos por cento dos eleitores de cada um deles."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

*** X X X ***